

# PRODUTORES FLORESTAIS



N.º 9 Novembro 2022 [www.produtorestlorestais.pt](http://www.produtorestlorestais.pt)

 [produtorestlorestais.navigator](https://www.facebook.com/produtorestlorestais.navigator)

 [produtorest\\_lorestais](https://www.instagram.com/produtorest_lorestais)

 [Produtorest Florestais](https://www.youtube.com/ProdutorestFlorestais)

MARIA DO CÉU ANTUNES,  
MINISTRA DA AGRICULTURA, EM ENTREVISTA

## “COMPLEMENTARIDADE ENTRE AGRICULTURA E FLORESTA TRAZ VANTAGENS PARA A SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO”

Apoios do PEPAC chegam em 2023

- €275 MILHÕES de dotação no eixo Silvicultura Sustentável
- €150 MILHÕES para apoio ao investimento na bioeconomia de base agrícola e florestal
- €90 MILHÕES para apoio à conservação do montado e ao mosaico agroflorestal



**EDUARDO OLIVEIRA E SOUSA,**  
Presidente da CAP:  
“Dogmas e mitos estão a travar o crescimento do setor florestal”

**OFERTA  
GUIA FLORESTAL**  
Primeiro fascículo e caixa  
arquivadora com esta revista

Saiba mais na pág. 39

## ÍNDICE

---

Entrevista à Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, sobre o papel da agrofloresta na dinamização da economia rural

**págs. 4 a 9**

A sustentabilidade da atividade agroflorestal da Quinta da Póvoa

**págs. 10 a 14**

Os desafios dos mosaicos agroflorestais para a resiliência da paisagem, segundo os especialistas do Instituto Superior de Agronomia

**pág. 15**

Seis casos de sucesso de coexistência de culturas hortícolas, frutícolas e florestais, de pequenos proprietários e da indústria

**págs. 16 a 21**

Silvopastorícia: boas práticas e vantagens para os produtores florestais

**págs. 22 e 23**

Dossier Técnico - A reengenharia dos equipamentos de exploração florestal

**págs. 24 e 25**

Entrevista com Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal

**págs. 26 a 29**

Inovação na reflorestação de pinheiro na área de intervenção da Associação de Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobaça e Nazaré (APFCAN)

**págs. 30 a 33**

O potencial da utilização da resina: opinião do ForestWISE - Laboratório Colaborativo para a Gestão Integrada da Floresta e do Fogo

**págs. 34 e 35**

Consultório Técnico - Benefícios da instalação com planta melhorada

**págs. 36 e 37**

Finanças & Fiscalidade - Oportunidades e obrigações na fileira florestal

**págs. 40 e 41**

Consultório Jurídico - Alterações no SiCorte, Sistema de Informação de Manifesto de Corte

**pág. 42**

Três perguntas a Luís Nobre, presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo

**pág. 43**

### CERTIFICAÇÃO DE ÁRVORES FORA DA FLORESTA

O PEFC Portugal desenvolveu uma nova área de certificação com particular interesse para as comunidades e autarquias. Trata-se da certificação de árvores presentes em áreas não classificadas como "floresta" ou "espaços florestais", tais como cortinas de abrigo nos campos agrícolas, galerias ripícolas e pequenos bosquetes, ou corredores verdes e parques em áreas urbanas. Promove, assim, o contributo destes espaços para serviços de ecossistema como a qualidade do ar, a regulação da temperatura, a biodiversidade e até a saúde mental das populações. A certificação de árvores fora das florestas assume um importante papel no combate às alterações climáticas, promovendo a florestação em simultâneo com a otimização da gestão dos espaços nas vertentes social, ambiental e económica. A aplicação desta certificação poderá iniciar-se após o reconhecimento internacional do PEFC Council, que deverá ocorrer já no início de 2023.



# “ATIVIDADE PRODUTIVA TEM QUE SER SUPOORTADA NUMA GESTÃO ATIVA DO TERRITÓRIO”

A Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, defende a importância de criar condições para uma gestão em sistema agroflorestal que torne o território mais resiliente e a atividade produtiva mais sustentável.



As políticas desenvolvidas no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia e o do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) vão contribuir para obter melhores resultados na gestão complementar das atividades agrícolas e florestais, afirma Maria do Céu Antunes. A Ministra da Agricultura e da Alimentação destaca os apoios com que os produtores podem contar ao nível da sustentabilidade e da produtividade, colocando a ênfase na inovação para enfrentar os desafios do futuro.

## Na perspetiva do Ministério, a agricultura e a floresta são atividades produtivas complementares ou concorrentes?

A gestão da agricultura e da floresta enquanto atividades complementares traz vantagens para a sustentabilidade e a resiliência dos territórios rurais. No nosso país existem diversos modelos deste tipo de gestão que se encontram adaptados às características fisiográficas e estruturais dos próprios

territórios. É o caso dos sistemas agroflorestais dos quais o Montado é o mais representativo, onde a agricultura, essencialmente a produção animal em pastoreio, é realizada no subcoberto de sobreiros e azinheiras, complementando-se e valorizando-se mutuamente. Mais a norte temos outros sistemas agroflorestais com menos expressão na ocupação territorial, mas com elevado valor natural e económico para esses territórios, como é o caso dos lameiros, em que a floresta aparece nas bordaduras. Temos também zonas mais especializadas em produção agrícola ou florestal, sendo nestes casos favorável a manutenção de uma descontinuidade entre manchas florestais e agrícolas, o mosaico agroflorestal, o que contribui para uma maior resiliência dos territórios a fenómenos adversos, nomeadamente aos incêndios rurais. Finalmente, existem zonas de grande vulnerabilidade, em que o despovoamento e o abandono da atividade agrícola foi dando lugar à progressão de um espaço florestal não gerido, onde efetivamente não há nem

complementaridade nem concorrência entre as duas atividades. Criar condições para estes espaços serem geridos em sistema agroflorestal, em mosaico, ou noutras formas que se revelem adequadas, constitui um grande desafio para o país.

## Que políticas estão a ser desenvolvidas para integrar floresta e agricultura no setor primário?

Há um conjunto de políticas desenvolvidas no território nacional no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia, que contribuem para obter melhores resultados na gestão complementar das atividades agrícolas e florestais. As políticas que contribuem para a manutenção da atividade agrícola, nomeadamente em zonas de montanha ou em zonas com outras desvantagens naturais ou vulnerabilidades, contribuem para melhorar o rendimento dos produtores e assegurar uma atividade socioeconómica assente nas potencialidades desses territórios. Estas políticas têm um espetro alargado, ondem cabem os pagamentos diretos aos agricultores, as medidas

ambiente-clima que valorizem os serviços prestados nestas zonas, como a manutenção das raças e variedades autóctones, das culturas permanentes tradicionais, do mosaico e dos sistemas ▶

**“Não temos dúvidas que a importância da floresta se encontra reconhecida no PEPAC e estamos cientes que o contributo da PAC para o apoio ao rendimento e resiliência da agricultura em zonas vulneráveis desempenha um papel fundamental na gestão dos espaços rurais e na proteção da floresta nesses espaços.”**



**“A manutenção do mosaico agroflorestal contribui para uma maior resiliência dos territórios a fenómenos adversos, nomeadamente a incêndios rurais, prevenindo a sua propagação, ao mesmo tempo que acautela a degradação dos solos, dos recursos hídricos e da biodiversidade.”**

**Que impacto tem esta relação entre os recursos agrícolas e florestais ao nível do ordenamento do território e da proteção contra incêndios rurais?**

A gestão da complementaridade entre agricultura e floresta é fundamental no ordenamento do território para assegurar a proteção dos recursos naturais e da biodiversidade e diminuir o risco de propagação dos incêndios rurais, contribuindo para uma maior resiliência e sustentabilidade destes territórios. Acresce que, com grande frequência, o produtor florestal coincide com o agricultor, pelo que reforça a necessidade de termos também, ao nível das políticas públicas, uma complementaridade que promova a sua execução e apropriação pelos agentes do território.

**Quais os principais desafios e oportunidades que antecipa para o setor agroflorestal nacional?**

A produção agrícola e florestal está sujeita a muitos fatores de incerteza, o que justifica a continuidade da Política Agrícola Comum, de forma a garantir a produção alimentar e de matérias-primas na Europa. Se considerarmos os acontecimentos inesperados dos três últimos anos, como a pandemia e a invasão da Ucrânia pela Rússia, e as consequências na perturbação dos mercados e no crescimento do preço dos fatores de produção, associados à seca extrema verificada em Portugal, é evidente que o setor tem mostrado resiliência às dificuldades e as políticas públicas têm contribuído para mitigar os efeitos negativos e apoiar a continuação da atividade produtiva pelas empresas. Dito isto, quando examinamos as tendências de médio/longo prazo, nomeadamente as respostas necessárias para enfrentar as alterações climáticas em curso, são grandes os desafios que o setor enfrenta. Os efeitos que se têm verificado ao longo dos anos sobre os recursos naturais do planeta obrigam a alterações substanciais nos padrões de consumo e de produção. O setor agroflorestal não é exceção, pelo que o principal desafio que se lhe coloca é contribuir para a soberania alimentar nacional. É necessário assegurar a produção de alimentos e matérias-primas de forma sustentável, com maior eficiência no uso dos

agroflorestais, a valorização dos produtos locais, mas também as medidas de inovação e investimento que apoiam a produção de conhecimento, a implementação de novos sistemas agroflorestais e a melhoria de gestão nos existentes. Estas políticas agrícolas, estando atualmente a ser implementadas quer no âmbito do primeiro pilar da PAC, quer do segundo pilar, através do PDR2020, irão ter continuidade no Plano Estratégico da PAC (PEPAC) que arranca em 2023.

**Que importância atribui a uma atividade com mosaico agroflorestal para a sustentabilidade económica e ambiental das explorações agrícolas?**

A manutenção do mosaico agroflorestal, que assegure a descontinuidade de zonas de floresta, contribui, como referi anteriormente, para uma maior resiliência dos territórios a fenómenos adversos, nomeadamente a incêndios rurais, prevenindo a sua propagação, ao mesmo tempo que acautela a degradação dos solos, dos recursos hídricos e da biodiversidade.

A criação de condições para manter a atividade agrícola em zonas florestais, através da valorização dos recursos e produtos desses territórios, não só cria condições de sustentabilidade às explorações agrícolas, em particular à agricultura familiar, mas à sobrevivência dos próprios territórios enquanto espaços povoados.

recursos e menor impacto ambiental, o que obriga a melhor gestão e mais inovação no setor e pode, ainda, constituir uma oportunidade de atração para os mais jovens para este setor.

**Afirmou que a investigação científica, em conjunto com inovação e criatividade, pode dar resposta aos desafios do setor. De que forma?**

Gostaria de destacar os projetos que decorrem dos grupos operacionais e da agenda de inovação financiada pelo PRR. Em articulação com os nossos parceiros europeus, estamos a desenvolver medidas para responder aos desafios de futuro, nomeadamente de forma a combater a escassez de água no nosso território. Investimos em projetos de regadio para garantir uma gestão eficiente da água para rega, criando novas estruturas e reabilitando as mais antigas.

Apoiamos projetos de agricultura de precisão, para um uso mais eficiente da terra, de forma a mitigar o problema da pobreza dos nossos solos agrícolas. Com tecnologia inovadora, apostamos em novas formas de fertilização dos terrenos agrícolas, métodos inovadores de combate às pragas e valorização das nossas espécies autóctones. Apoiamos também investimentos para a digitalização da agricultura e para a instalação de painéis solares, e ainda para aproveitamento e valorização de efluentes agrícolas. Enfim, apostamos numa agricultura de futuro, mais moderna e sustentável.

**Que incentivos estão previstos, numa ótica da Transição Verde, nomeadamente para o reequipamento com máquinas com mais digitalização e para a intensificação da eletrificação nos trabalhos agroflorestais?**

Os incentivos à transição verde do país encontram-se incluídos num conjunto de instrumentos de política financiados por fundos europeus e nacionais. ►

**“Associadas ao objetivo Sustentabilidade das Zonas Rurais, encontram-se as medidas que integram o eixo da Silvicultura Sustentável, com uma dotação aproximada de 275 milhões de euros, e a medida de apoio ao investimento na Bioeconomia de base agrícola e florestal, com uma dotação conjunta que ultrapassa os 150 milhões de euros.”**

▼ Maria do Céu Antunes com o ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, na apresentação da campanha de sensibilização para a poupança de água



**“A atividade produtiva tem que ser suportada no princípio de uma ‘gestão ativa’ do território, centrada no principal ativo dos agricultores e produtores florestais, que é o solo e a sua ligação com os restantes recursos naturais, porque só com base no seu uso sustentável é que será possível assegurar a resiliência e a vitalidade das zonas rurais.”**

No que diz respeito aos incentivos da PAC, serão implementados em Portugal a partir de 2023, através do PEPAC [Plano Estratégico da PAC], ao mesmo tempo que se conclui a implementação das candidaturas aprovadas no âmbito do PDR 2020 atualmente em curso.

O PEPAC inclui um conjunto de incentivos de apoio à aquisição de máquinas e equipamentos que introduzam inovação nos processos produtivos, havendo medidas específicas de apoio às empresas para ao investimento na melhoria do desempenho ambiental, incluindo o investimento em transição energética.

**Os subscritores do Compromisso Floresta 2030 defendem que a importância da floresta deve ser reconhecida no PEPAC, dotando as medidas florestais de um orçamento adequado à dimensão do setor. Com que apoios poderá este contar no âmbito da nova PAC?**

A lógica de intervenção do PEPAC assenta numa visão estratégica de gestão ativa de todo o território, baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável. Os apoios do Desenvolvimento Rural para a preservação e valorização da floresta e da respetiva produção materializam-se sobre áreas e atividades florestais especializadas, áreas agroflorestais e mesmo em áreas agrícolas coadjuvantes, como é o caso do mosaico, contribuindo para vários objetivos do PEPAC. No objetivo Gestão Ambiental e Climática, as medidas de apoio à conservação do montado e ao mosaico agroflorestal somam cerca de 90 milhões de euros. Associadas ao objetivo Sustentabilidade das Zonas Rurais, encontram-se as medidas que integram o eixo da Silvicultura Sustentável, com uma dotação aproximada de 275 milhões de euros, e a medida de apoio ao investimento na Bioeconomia de base agrícola e florestal, com uma dotação conjunta que ultrapassa os 150 milhões de euros. Ainda no âmbito da abordagem territorial

integrada, existem um conjunto de intervenções que integram os programas de Ação em Áreas Sensíveis, com ações ao nível da Pequena Gerês, dos Soutos Notáveis de Montesinho Nogueira, do Barroso, dos sistemas de Montado e da proteção de espécies com estatuto, que ultrapassam os 17 milhões de euros. A estes apoios acrescem ainda os relativos à inovação e conhecimento, que se destinam aos produtores agrícolas e silvícolas, bem como os relativos à organização da produção.

Não temos dúvidas que a importância da floresta se encontra reconhecida no PEPAC e estamos também cientes que o contributo da PAC para o apoio ao rendimento e resiliência da agricultura em zonas vulneráveis desempenha um papel fundamental na gestão dos espaços rurais e na proteção da floresta nesses espaços.

**No contexto dos recursos agrícolas e florestais, que novas oportunidades surgem com o novo Quadro Comunitário Portugal 2030?**

Este Quadro Comunitário de Apoio integra, pela primeira vez, numa estratégia única, os dois pilares da PAC, criando condições para a definição de uma lógica de intervenção mais coesa e favorecendo a contribuição conjunta das medidas para cada um dos objetivos, bem como a avaliação dos respetivos efeitos. Um dos grandes eixos de mudança neste quadro é a convergência e coesão na alocação dos pagamentos diretos com uniformização do pagamento em 2026 e abertura gradual de reserva já iniciada em 2022 nas zonas vulneráveis, com impacto esperado muito favorável no rendimento das explorações destas zonas. Por outro lado, há um reforço do apoio para a transição verde através das medidas de gestão ambiental relacionadas com agricultura e floresta – Ecoregimes, Medidas Agroambientais e Clima – bem como do apoio à digitalização, em complementaridade com a Agenda Terra Futura, e ao investimento para melhor desempenho ambiental tendo em vista o alcance dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

Há ainda melhorias na continuidade, como o aumento do incentivo ao rejuvenescimento do setor, à Pequena Agricultura e à valorização dos recursos endógenos, bem como uma maior flexibilidade no apoio ao desenvolvimento local e simplificação na concessão dos apoios.

É o encadeamento coerente dos diferentes tipos de intervenção disponíveis, que permitirá promover uma atividade agrícola e florestal sustentável em todas as regiões de Portugal. Esta atividade produtiva tem que ser suportada no princípio de uma “gestão ativa” do território, centrada no principal ativo dos agricultores e produtores florestais, que é o solo e a sua ligação com os restantes recursos naturais, porque só com base no seu uso sustentável, do ponto de vista económico e ambiental, é que será possível assegurar a resiliência e a vitalidade das zonas rurais.



**No âmbito da Transição Verde, que novas perspetivas surgem para os produtores ao nível da biomassa para aproveitamento energético?**

No que diz respeito ao PEPAC, a produção de energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis é um dos objetivos previstos, tendo sido estabelecida uma meta de 22 MW, para o período de programação. As medidas de apoio ao investimento produtivo e de melhoria do desempenho ambiental contribuem para este objetivo.

**Com um acidente a cada 14 minutos no setor agroflorestal, segundo dados do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a capacitação em termos de segurança no trabalho é uma prioridade para as atividades agrícola e florestal. De que forma é que se traduz nos projetos do ministério?**

A sinistralidade com veículos ocupacionais, especificamente no que diz respeito à sinistralidade associada ao uso de tratores agrícolas, quer em acidentes de viação, quer em acidentes laborais, tem constituído um fator de preocupação e envolvido várias entidades na procura de soluções que visem diminuir as fatalidades e as consequências graves deste tipo de acidentes.

Para responder a esta problemática, foi criado um

grupo de trabalho coordenado pela Secretária de Estado da Administração Interna e pelo Secretário de Estado da Agricultura, constituído por representantes de várias entidades, nomeadamente da Guarda Nacional Republicana, da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, da Autoridade para as Condições do Trabalho, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, do ICNF e da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

No diagnóstico da situação identificou-se que uma das principais causas de acidentes mortais com tratores agrícolas resulta do capotamento, associado à não utilização do arco de proteção e do cinto de segurança, tendo-se estimado que muitos tratores não teriam estas estruturas de segurança. Tendo em vista melhorar a segurança dos tratores utilizados pelo setor, foi aberto em 2021 um Aviso no PDR2020, no âmbito da Operação 3.2.2, para renovação do Parque de Tratores Agrícolas, com a dotação final de 35 milhões de euros. Houve um total de 7 346 candidaturas, com um investimento elegível proposto de 246 870 milhões de euros, tendo sido aprovadas mais de 1 300 candidaturas representando mais de 49 milhões de euros de investimento. Esta é uma matéria que continuamos a acompanhar e relativamente à qual estamos empenhados em contribuir para melhorar a situação vigente. **PF**

# “TUDO FUNCIONA QUANDO É FEITO DE FORMA SUSTENTÁVEL”



**Num ambiente de biodiversidade, Miguel Vasconcelos Guisado, gestor da Quinta da Póvoa, produz pera, uva de vinho, eucalipto, cortiça e aguardente de pera. Os animais são usados como ferramenta de limpeza do terreno e como fertilizante, com diminuição dos custos e aumento da qualidade dos solos.**

À chegada à Quinta da Póvoa, que ocupa um vale na base da Serra do Socorro e a encosta que sobe até à ermida – localizada numa área protegida –, ouve-se a rádio a tocar bem alto num pomar tradicional de pereiras. Indiferentes ao barulho, cerca de 70 galinhas correm livres, a alimentar-se da (pouca) vegetação herbácea. Foram escolhidas a dedo por Afonso Vasconcelos, filho do atual gestor da exploração e aluno do Instituto Superior de Agronomia. “São raças que foram sucessivamente trocadas por outras intensivas, mas que são extremamente interessantes pela sua rusticidade, como a preta lusitana e a pedrês lusitana. Andam debaixo das copas para se defenderem das aves de rapina, voltam sempre a casa e colocam ovos todos os dias”, explica Miguel Vasconcelos Guisado, o pai, também ele engenheiro agrónomo. Um cão de gado transmontano que por ali corre está encarregue de proteger as galinhas, mas a

música alta faz parte do seu trabalho, pois afasta espécies predadoras, como águias, bufos-reais e raposas, que abundam na propriedade. Aliás, a biodiversidade é encorajada. O gestor da Quinta da Póvoa e da propriedade contígua Quinta do Vale Corvo permitiu a instalação de 30 colmeias no eucaliptal que sobe pela Serra do Socorro, as quais estão ali protegidas e alimentadas, até no inverno, pela floração do eucalipto. Na plantação de eucalipto mais recente, do lado oposto da propriedade, deixa o vizinho Francisco Runa, manter a sua manada de cerca de 20 vacas, que fazem o controlo natural de vegetação. Os eucaliptos centenários não são cortados para fixar aves de rapina, que afastam os estorninhos que comem a uva. Nos pomares e vinhas, só a zona junto à cepa é que é completamente limpa e, no meio, permanece o coberto vegetal, que preserva a biodiversidade, bem como a humidade e matéria orgânica. As árvores com buracos de pica-pau não são eliminadas, para que estes insetívoros tenham onde nidificar. Nas áreas de vinha e de pomar mantêm em monte as pedras retiradas do terreno para darem abrigo ▶

◀ Miguel Vasconcelos Guisado, no eucaliptal onde pastam vacas; na Quinta da Póvoa os pomares coexistem com a vinha, o eucaliptal e as plantas autóctones (em baixo) ▶



## QUINTA DA PÓVOA DÁ EXEMPLO DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL

a coelhos, sardões, cobras, ouriços-cacheiros e insetos, ou seja, fauna útil. Já os pavões que circulam livremente, mas preferem pernoitar no eucalipto centenário junto à casa da quinta, são apenas “ornamentais”.

Até foram instalados ninhos artificiais, mas as aves insetívoras têm muito por onde escolher em termos de arvoredo. Ao longo da exploração, foram deixadas várias cortinas de espécies autóctones que servem como corta-vento, galerias ripícolas e faixas tampão e são “importantíssimas como refúgio para auxiliares biológicos, desde pássaros a insetos, para além da beleza que criam”, afirma Miguel Vasconcelos Guisado. A presença de plátanos centenários, por exemplo, tem ainda uma valência acrescida, que vem da sabedoria popular de antigamente: “O plátano apanha o míldio, uma doença da videira, cerca de 15 dias antes da vinha, permitindo antecipar a doença”, explica. Com o mesmo objetivo, tenciona também plantar roseiras na vinha nova. A planta espinhosa é um indicador de outra doença, o oídio. “Há aqui um equilíbrio do ecossistema que, ao diminuir a necessidade de intervenção humana, reduz os custos. No passado, os burros e as vacas puxavam o arado. A nova era da agronomia usa os animais como instrumentos agrícolas, permitindo recorrer o menos possível a inseticidas, herbicidas e fertilizantes”, explica o proprietário agrícola. Até as galinhas são alimentadas, quando é necessário complementar a sua ingestão de ervas, com insetos, em vez de ração. Afonso Vasconcelos cria tenébrions (larva-da-farinha), “a proteína animal do futuro”, para alimentar as suas aves.

▼ Miguel Vasconcelos Guisado optou por manter o pomar centenário



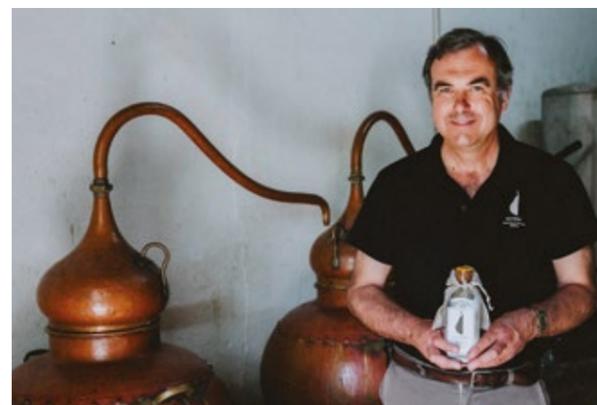
**“Há aqui um equilíbrio do ecossistema que, ao diminuir a necessidade de intervenção humana, reduz os custos”, afirma Miguel Vasconcelos Guisado**

### Um negócio de família melhorado

A Quinta da Póvoa esteve desde sempre na família Barros e Vasconcelos e a casa construída em 1778, foi um antigo quartel-general das Linhas de Torres Vedras. “Era do miradouro natural no topo do monte do Socorro que o Duque de Wellington enviava o comando de defesa do exército luso-britânico contra a invasão francesa”, conta o gestor. O Duque era “conhecido como Old Nosey por causa do seu nariz adunco e personalidade intrometida”, acrescenta Miguel Vasconcelos Guisado, e foi essa alcunha que deu nome à marca – registada na União Europeia e no Reino Unido, para onde exportam – à aguardente certificada de pera que produzem desde final de 2018 e que já recebeu dois prémios nacionais. Por ano engarrafam apenas cerca de 3 mil a 4 mil unidades e, agora, estão a avançar com a comercialização de perada, o vinho de pera. Este projeto é uma montra da filosofia de sustentabilidade da quinta, e representa todas as produções da propriedade. O lacre da garrafa é de cera de abelha, a rolha é de cortiça – têm alguns sobreiros – o rótulo é de papel, com origem na madeira de eucalipto e a capa de linho representa o povo que contribuiu para a vitória do exército anglo-luso. A aguardente Old Nosey é destilada de forma tradicional em alambique de cobre, na propriedade,



▲ A gestão sustentável da propriedade incentiva a biodiversidade, criando abrigos para animais como abelhas, insetos, aves e outra fauna local



▲ No rótulo da aguardente certificada de pera, Old Nosey, o desenho de meia pera é uma brincadeira com o perfil do nariz do Duque de Wellington, cuja alcunha inspira o nome da marca



a partir de pera DOP, de pomares com cerca de 150 anos, plantados pelo bisavô e o avô do atual gestor, que não estava a ser valorizada pelo mercado em termos de calibre. “Felizmente tivemos a opção de manter os pomares tradicionais, com poucas árvores por hectare, mas com uma grande qualidade organoléptica ao nível de sabor, cor e aroma, e criámos um projeto integrado diferente e complementar à venda dos frutos”, confirma Miguel Vasconcelos Guisado.

No início houve uma aposta em pomares intensivos de pera, mas os problemas de normalização da fruta e o conseqüente consumo de água, “fora do sustentável, para manter os calibres”, levaram a família a substituí-los, entre 2015 e 2017, por vinha. Parte desta foi colocada também numa zona que tinha estado, anteriormente, 50 anos ocupada por eucalipto, “e não houve qualquer problema”, afirma o proprietário agroflorestal. Tratava-se de um povoamento em fim de ciclo, num terreno plano e facilmente mecanizável e, por isso, havendo procura do mercado de exportação de vinhos da Região de Lisboa, esta foi considerada a melhor opção. “Optamos pela cultura que tiver mais interesse económico. Se as coisas forem feitas de forma sustentável, tudo funciona”, conclui Miguel Vasconcelos Guisado.

### Pioneiros na plantação de eucalipto

Agora, que plantam as castas alicante bouschet e syrah, para os tintos, e fernão pires e viosinho para vinhos brancos, além de moscatel graúdo, a principal fonte de receita da propriedade advém da vinha certificada IGP (Indicação Geográfica Protegida) Lisboa e DOP (Denominação de Origem Protegida) Torres Vedras, que vendem a um vinificador exportador. O pomar e o eucalipto são complementos da atividade.

Na perspetiva de ocupar os piores terrenos da exploração, deixando os restantes para a parte agrícola, Manuel de Barros e Vasconcelos, avô de Miguel Vasconcelos Guisado, foi um dos pioneiros na plantação de eucalipto na região, no final dos anos 1940. “Curiosamente, mantemos essa tradição”, afirma o coproprietário.

Os eucaliptais estão certificados há cerca de nove anos e, naqueles que estão a gerir, têm usado a mesma lógica daquilo que fazem na agricultura. Na última instalação, optaram por plantar em linha, à semelhança da vinha e dos pomares, em vez de usarem a técnica tradicional de curvas de nível. “Assim qualquer trator agrícola nosso consegue entrar no eucalipto em vez de termos de recorrer a máquinas pesadas de rastos com muito mais custos”, explica Miguel Vasconcelos Guisado. ►

## QUINTA DA PÓVOA DÁ EXEMPLO DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL

Nos últimos cortes obtiveram cerca de 200 metros cúbicos por hectare, uma rentabilidade que o gestor considera “muito alta” e atribui “à gestão realizada e à planta melhorada, maioritariamente clonal, dos viveiros da The Navigator Company, adaptada às condições edafoclimáticas da zona. A zona com planta seminal e clones híbridos compreende uma área marginal de calcário muito elevado, onde as hipóteses de conseguir um povoamento de eucalipto de sucesso eram remotas. “Nós conseguimos, com estas plantas de boa qualidade, certificadas e recomendadas pela Navigator, e sem fazer mobilização nem gradagem, para evitar a perda de matéria orgânica, a lixiviação e a erosão dos solos inclinados”, congratula-se o gestor da Quinta da Póvoa.

A aposta na sustentabilidade levou também à instalação de 40 painéis fotovoltaicos, ao abrigo do programa Next Generation do PDR2020, com o objetivo de tornar a quinta autossuficiente e diminuir os custos de bombear água para rega dos poços, charcas e furos para onde é necessária ao longo dos cerca de 70 hectares da exploração. Para o futuro, Miguel Vasconcelos Guisado quer colocar as galinhas também a limpar a vinha e fala na hipótese de comprar vacas, das raças nacionais que o filho está a analisar, a pensar na limpeza das zonas florestais. “Ainda as pessoas dizem que no meio dos eucaliptais não cresce nada”, ironiza Miguel Vasconcelos Guisado, enquanto aponta para os animais do vizinho que se alimentam à sombra do seu eucaliptal, porque na propriedade ao lado não têm pastagem suficiente. **PF**



▲ A aposta na vinha foi uma decisão económica, mas que permitiu também poupar água

## BILHETE DE IDENTIDADE

### PRODUÇÃO AGROFLORESTAL CERTIFICADA:

eucalipto, vinha, pera, cortiça, aguardente e vinho de pera.

### PROPRIETÁRIO:

família Barros e Vasconcelos

### ÁREA TOTAL:

70 hectares (44 ha de eucalipto, 2 ha de árvores autóctones, 10,5 ha de vinha e 3,5 ha de fruticultura)



## PRODUTIVIDADE COM MENOS INTERVENÇÃO HUMANA



No pomar de regadio que ainda mantém em produção para a venda de pera rocha – com um sistema de rega sustentável, gota a gota, que só é usado quando necessário e tem tensiómetros para medir a humidade do solo –, Miguel Vasconcelos Guisado mostra o resultado da ação natural das galinhas. “Aqui não há nenhuma intervenção de herbicida. Só passamos, às vezes, um destróador

nas zonas de infestantes de maiores dimensões, que é um equipamento que não mobiliza a terra, só corta a erva à superfície e as galinhas depois comem tudo”, explica. Isto tem permitido também aumentar a fertilidade e humidade do solo, que estava a perder matéria orgânica devido ao excesso de mobilização realizado antes de 1994. Desde então, com a formação promovida pelos incentivos à implementação de medidas agroambientais, a família veio a comprovar no terreno que, “não destruindo as raízes pastadeiras, mantínhamos a pequena vegetação, evitando que o terreno não rachasse e perdesse humidade. Também incentivávamos a atividade biológica, macrobiana e das minhocas, o que permitia maior arejamento do solo. Em três ou quatro anos conseguimos subir o teor de matéria orgânica em 0,7 por cento, o que é muito”, garante Miguel Vasconcelos Guisado.

A própria necessidade de fertilização química é, desta forma reduzida. Além disso, com o aumento do custo da energia, a redução do número de intervenções necessárias diminui os custos operacionais ao mínimo.

## MOSAICOS AGROFLORESTAIS

# ALTERAR A PAISAGEM EXIGE UMA GESTÃO AGRUPADA

## Os especialistas do Centro de Estudos Florestais do Instituto Superior de Agronomia defendem que para proteger a floresta e as comunidades, através da diversificação do uso do solo, serão necessários apoios estatais.

“ Quando defendo a criação de uma paisagem mais diversificada, com mais estrutura de mosaico do que com grandes manchas florestais contínuas, o meu problema não é com a espécie A ou B, é com grandes extensões de floresta pouco gerida”, afirma o professor José Cardoso Pereira, coordenador do Centro de Estudos Florestais do Instituto Superior de Agronomia (ISA). “E não se faz essa alteração sem uma gestão agrupada, porque é impossível pensar em diversificar a ocupação do solo sem que o ganho que uns têm pela proteção da sua floresta compense a perda de rendimento dos que passam a ter menos floresta ou menos densa”, explica. Criar uma paisagem de mosaico, mas ainda produtiva enquanto floresta, levanta problemas que Maria João Canadas, docente do ISA, analisa a partir de inquéritos realizados a proprietários, no âmbito da investigação do Centro de Estudos Florestais. “O principal fator da não gestão é económico. É preciso saber se a eventual redução da área florestal, para minimizar o risco de incêndio, é compensada por haver menos danos e perdas de produção, e se os rendimentos da eventual produção agrícola justificam a inversão da tendência de abandono agrícola”, reflete. “A nossa resposta tende a ser: não compensa o suficiente. Se não houver recursos vindos das políticas públicas, dificilmente se constituirá esse mosaico”.

### Gerir em conjunto

Para José Cardoso Pereira, “a associação de produtores, a Zona de Intervenção Florestal, a sociedade de gestão florestal, seja quem for, tem de ir aos lucros que obteve em 80% do território que gere e fazer investimentos que não são rentáveis

em termos de produção, mas vão compensar pela redução da probabilidade de o fogo saltar de uma mancha florestal boa para outra economicamente valiosa, através de áreas sem gestão de combustível que haja pelo meio. Com tantos pequenos proprietários privados, esta gestão só se consegue fazer de forma agrupada”. A progressão do fogo, na sua opinião, pouco tem a ver com a espécie: “Há vários estudos académicos e das comissões técnicas independentes do Parlamento que mostram que o grau de gestão é que é decisivo. Quando analisamos a quantidade queimada de pinhal e de eucaliptal vemos que, em proporção da área existente, o fogo incide mais sobre o pinhal”, afirma o especialista. “Como o eucaliptal é economicamente mais rentável, permite aos proprietários fazer uma melhor gestão. E tem também uma maior área gerida pelas grandes empresas, que praticam uma gestão intensiva e têm meios próprios de prevenção e combate aos incêndios”, conclui. **PF**

**“É impossível pensar em diversificar a ocupação do solo sem que o ganho que uns têm pela proteção da sua floresta compense a perda de rendimento dos que passam a ter uma floresta menos densa”, afirma o professor José Cardoso Pereira**

QUINTA DO FONTÃO, GONDOMAR

# ACREDITAR NAS BOAS PRÁTICAS



José Lixa apostou na certificação de produção integrada

A quinta está na família desde o tempo dos avós de José Lixa, que se dedicou a tempo inteiro à sua gestão, após a morte do pai, há dez anos. No início era sobretudo uma exploração pecuária, mas a rentabilidade diminuiu e os mais de 15 hectares tornaram-se hortícolas. No declive da área montanhosa, onde era “impensável” fazer agricultura, plantaram dez hectares de eucalipto. Os vários cortes já realizados “são uma boa ajuda”, admite o gestor, e o eucalipto é ainda usado como fornecedor de mato para as camas dos poucos animais que ainda têm, umas ovelhas e um touro. Ao ar livre produzem agora três hectares de hortícolas, sobretudo couves – coração, penca, portuguesa –, mas também batata, cebola e dois hectares de vinha. Há cinco anos, à procura de

rentabilidade e para aumentar a quantidade e qualidade dos produtos, optou pela instalação de uma área de 5 mil metros quadrados de estufa, onde produz sobretudo alface, curgete, tomate e feijão-verde, mas também algum pepino e pimento verde. Porque o gestor acredita nas boas práticas agroflorestais, o eucalipto já está certificado (o que foi uma mais-valia também financeira no último corte) e a atividade agrícola está em processo de certificação de produção integrada. Espera, assim, acrescentar mais valor ao produto e conseguir melhor preço no mercado e, ao mesmo tempo, respeitar o meio ambiente. Se no futuro conseguir aumentar a área de produção coberta talvez, finalmente, a atividade deixe de ser estritamente familiar. Por enquanto, conta com a ajuda do irmão e da mãe. **PF**

QUINTA DE PEDROGÃO, AROUCA

# PRODUÇÃO COM OBJETIVO



António Quaresma consome no restaurante tudo o que produz

Quando saiu da tropa, em 1990, António Quaresma veio logo trabalhar para a quinta onde nasceu. Muito antes, no tempo dos bisavós, todo o lugar de Pedrogão pertencia à família. Depois foi-se dividindo e, agora, tem cerca de 25 hectares, não contínuos. Na zona em torno da casa está a área agrícola, rodeada de carvalhos, castanheiros (consome a castanha) e sobreiros – vendeu cortiça pela primeira vez em 2019 –, onde também pastam sete animais de raça arouquesa, que mantêm limpos de mato cerca de três hectares. Mais afastados, em área de montanha pura, encontram-se os eucaliptais. Plantados nos anos 1990 e desde então produzidos por regeneração natural, constituem 70% dos cerca de 20 hectares de floresta da quinta. Quem abandona a estrada principal em direção à

casa familiar encontra um canastro e uma eira com um parque de estacionamento do restaurante que construíram em 2000 e que consome toda a produção agrícola da quinta, da carne à vinha, passando por milho, tomate, alface, hortaliças, cebolas, pepino, feijão-verde, pimento e o milho-grão tradicional que António recuperou e serve para fazer pão. No meio do campo também nascem trutas, cerca de 2 mil ou 3 mil peixes, para autoconsumo. Os cinco tanques foram construídos há quase 50 anos junto a uma fonte e “dizem que foram os primeiros viveiros particulares de truta em Portugal”, conta o proprietário. Na orla dos eucaliptais instalou ainda colmeias, que produzem mel escuro de urze, mas a produção é pequena. **PF**

ULGERIÇA, ALVARES, GÓIS

# RECUPERAR O QUE ESTAVA ABANDONADO



António Almeida e Adélia Augusto dedicaram a reforma à agricultura

A propriedade não tem nome, cobre 27 hectares contínuos da localidade de Ulgeriça e foi sendo formada desde há 20 anos, com a compra sucessiva de pequenas parcelas de terra. Dois dos vários proprietários, António Marques Almeida e Adélia Augusto, dedicaram-se à gestão da parte agrícola há uns dez anos, depois de uma vida na construção civil, e o genro, Gonçalo Rodrigues, que continua nessa área de atividade, vem da Lousã nos tempos livres para cuidar da zona florestal. Corta mato, controla as mimosas e faz as adubações, com a ajuda do programa Limpa e Aduba da CELPA – Associação da Indústria Papeleira. O rebanho de 16 cabras ajuda a controlar o mato dentro do eucaliptal com 7 anos, que por ser na altura muito jovem, sobreviveu aos incêndios de 2017. Começaram por comprar cinco hectares para a

plantação de eucalipto, que cortaram em 2012. Depois, em 2010, adquiriram vários terrenos cobertos de mato e silvas, com uns eucaliptos dispersos e abandonados, que recuperaram para a agricultura e plantaram mais eucalipto nos montes que envolvem a zona agrícola. A seguir foram comprando terras contíguas, pedaços de 100 e 200 metros com os cerca de 200 pés de oliveiras que agora usam para mandar fazer azeite. O pouco pinho que tinham, mais próximo da área agrícola, sucumbiu ao nemátodo. É dos 25 hectares de eucalipto, certificados desde 2012, que retiram dividendos, porque a pequena agricultura que desenvolvem é praticamente apenas de subsistência, quase manual. Em dois hectares cultivam milho, batata, feijão e legumes miúdos. Vendem muito pouco e o resto dão à filha. **PF**

EXPLORAÇÃO LUÍS GUAPO, OURÉM

# A GESTÃO QUE A AGRICULTURA PRECISA



Luís Guapo plantou quivis no meio de eucaliptos

No meio de várias parcelas de eucalipto, Luís Guapo plantou 2 500 árvores de quivis. A propriedade que adquiriu para o projeto agrícola que desenvolveu, em 2013, tem um total de 10 hectares e metade é eucalipto, em áreas onde não havia captação de água. Desflorestou algum para instalar 1,5 hectares de multiculturas, como melancia, framboesas e ferragem para os animais próprios, ovelhas, porcos, galinhas e patos. No ano passado, plantou também olival e continua a introduzir algumas árvores – como castanheiros, nogueiras e figueiras – para perceber o que se dá na zona, com o intuito de posteriormente poder vir a produzir mais alguma coisa. No terreno restante instalou, há sete anos, um sistema de rega que apoia o crescimento dos quivis e, ao mesmo tempo, lamenta, atrai os javalis da zona.

Entretanto já comprou mais algumas parcelas de eucalipto. Primeiro vai criar uma zona com outras espécies florestais que não existem na zona, em torno dos quivis. Depois, pretende substituir o atual eucaliptal desordenado, onde ainda não fez nenhum corte, por uma área plantada e ordeira. Este jovem agricultor, “um rapaz do campo”, como se autointitula, estava a tirar o curso de Gestão Empresarial quando decidiu que “não se via fechado num gabinete, ao mesmo tempo que não vê outra profissão que precise tanto de gestão como a agricultura”. O balanço da aventura é positivo. A aposta nos quivis mais a sul do que seria de esperar tem a vantagem de a cultura não ter geada no inverno e a desvantagem de fazer mais calor. É por falta de mais recursos hídricos, visto só ter um furo, que não considera, para já, aumentar a área de quivi. **PF**

HERDADE DE ESPIRRA, PEGÕES

# SINERGIAS QUE DÃO PRÉMIOS

Ana Varandas é a enóloga dos vinhos premiados da herdade



VILA FELIZ CIDADE, GOLEGÃ

# CRIAR VIDA ONDE NÃO HAVIA

Nuno Rasteiro é o responsável agrícola do projeto de agricultura regenerativa



Todos os anos são colhidas na propriedade da The Navigator Company entre 150 e 200 toneladas de uva, usadas pela empresa de base florestal para a produção de vários vinhos com o nome da herdade, que já foram várias vezes premiados. Em 37 hectares de solo arenoso, as vinhas, com mais de 30 anos, e em produção integrada com outras atividades agroflorestais, como a produção de cortiça, de pinhão, pastoreio, viveiros florestais e produção de madeira, são maioritariamente da casta Castelão, tradicional da Região de Setúbal. Como a propriedade ocupa um total de 1 700 hectares, em redor da vinha a plantação de eucalipto serve de barreira protetora do vento e de pragas, e até mantém os javalis afastados das videiras, pois preferem a floresta para proteção e alimento. Em Espirra

existe, inclusive, desde 2007, uma Zona de Caça Turística onde abunda o javali (e é necessária a correção da sua densidade) e o pombo torcaz. A biodiversidade é incentivada, no âmbito de uma gestão eficiente dos ecossistemas e, nesse aspeto, existe na herdade um sistema agrossilvopastoril com dois rebanhos que contam com cerca de 350 ovelhas e borregos, que pastoreiam em 500 hectares constituídos essencialmente por montado de sobro. As sinergias continuam quando os sobreiros fornecem cortiça às corticeiras às quais a Herdade compra as rolhas para os vinhos. E quando, como a pandemia criou dificuldade em adquirir garrafas brancas para o rosé, nasceu um novo produto, numa caixa de três litros, com rótulo em papel Navigator, conta Ana Varandas, a enóloga da Herdade. **PF**

A ideia de um projeto social na natureza surgiu em 2017 na mente de Carlos Gonçalves, proprietário da empresa que detém a marca Paladin. Em 2019 arrancou a parte agroflorestal da iniciativa, inspirada na agricultura sintrópica, que defende uma floresta estratificada em altura. Em seis hectares que envolvem a fábrica Mendes Gonçalves, foi instalado um sistema de agricultura regenerativa (certificado como biológico) que agrupa legumes, frutícolas e espécies de produção de madeira. Isso quer dizer que os pimentos picantes usados na fábrica são plantados entre as linhas de eucaliptos, choupos ou casuarinas. Que debaixo destas árvores crescem macieiras, pessegueiros, sabugueiros, ameixeiras, figueiras, citrinos, medronheiros, carvalhos e videiras enroladas nos troncos. E sob estas há ervas

aromáticas ou flores, para atrair os polinizadores. Todas as plantas têm funções diferentes, que vão da otimização da luz à produção de biomassa, triturada e usada para mulching (cobertura do solo com material vegetal). Os eucaliptos foram usados para descompactar os solos argilosos degradados e criar condições para as espécies seguintes. Um dia serão colhidos e substituídos pelo estrato inferior de crescimento mais lento. No início da plantação das árvores, são colocadas na mesma linha batatas, funcho e rúcula, que protegem as estacas durante algum tempo. “O objetivo é ter um sistema autossustentável que imita a natureza, para isso nos beneficiar nas culturas que queremos produtivas”, explica com orgulho João Ferreira, técnico de Investigação e Desenvolvimento da empresa. **PF**

# BENEFÍCIOS DOS SISTEMAS FLORESTAIS MISTOS



▲ Mário Carvalho considera que é mais fácil convencer os proprietários florestais a investir na correção dos solos quando existe uma componente pecuária que se paga a curto prazo

## As sinergias das atividades agroflorestal e pecuária permitem disponibilidade financeira para investir na gestão da fertilidade do solo. E esta aumenta a rentabilidade da exploração.

“Não percebo por que razão não há mais sistemas mistos de silvopastorícia neste país”, diz Mário Carvalho, professor catedrático reformado e, atualmente, consultor na área da agricultura de conservação e da fertilidade do solo. “Os sistemas silvopastoris que conhecemos são o montado com sobro, azinho e pinheiro-manso, e o souto, mas não vejo nenhuma razão para não termos espécies como o eucalipto em sistemas abertos com silvopastorícia”, afirma.

A estratégia de ter áreas envolventes à floresta dedicadas à pecuária vai, na opinião deste especialista, muito além da redução do risco de incêndio. Ainda assim, considera que “o problema da intensidade dos fogos nas Beiras foi o desaparecimento da pastorícia”. A solução é “criar sistemas pecuários que sejam rentáveis, e isso significa apostar na qualidade da pastagem. Quando o animal come do chão, mesmo numa pastagem

que teve investimento, no máximo o alimento custa um centímetro por quilo de matéria seca, ou menos. O alimento conservado dado aos animais não custa menos de 8 centímetros e, nalguns casos, chega aos 18 centímetros, mais os custos de distribuição”, defende Mário Carvalho.

Tornando a pecuária um rendimento atrativo, “pode ser mais rentável ter uma floresta mais aberta com pecuária, do que uma floresta mais densa que está sempre a arder. Numa pastagem vigorosa com animais presentes, o mato, como estevas e sargaços, desaparece de vez. Há muitas sinergias e os dois sistemas juntos permitem disponibilidade financeira para investir no que é fundamental – a gestão da fertilidade do solo”. Perante as alterações climáticas, esta permite, por exemplo, reduzir as perdas de água por escoamento e iniciar uma acumulação de matéria orgânica no solo que aumenta o armazenamento da água útil.

## VANTAGENS DOS SISTEMAS SILVOPASTORIS

- Redução do risco de incêndios rurais (animais servem como sapadores de combustíveis);
- Melhoria da sustentabilidade económica do sistema (pastorícia dá retorno a mais curto prazo);
- Maior presença humana no território durante o ano todo (mais vigilância das áreas florestais e combate ao abandono rural);
- Melhoria da fertilidade do solo (mais saúde da componente arbórea do sistema e da sobrevivência do renovo);
- Desaparecimento permanente do mato (menos custos e eliminação das desvantagens da gradagem).

### Investimento na correção dos solos

Mário Carvalho explica que a maioria dos solos nacionais tem níveis relativamente altos de manganês e baixos de magnésio, e que este desequilíbrio dá origem a uma toxicidade de manganês que, do ponto de vista da vegetação, é evidente na composição florística. “A toxicidade é menos acentuada debaixo da árvore, onde há mais matéria orgânica, o pH é ligeiramente superior, e o teor de magnésio é



maior, porque é reciclado pela árvore. Isto permite o aparecimento de outras espécies. As pessoas vão acreditando que é um efeito da temperatura, mas é completamente falso. Quando não há problemas de fertilidade do solo, o que a copa pode provocar é uma diferença no tamanho das plantas”, acrescenta. É mais fácil convencer os proprietários a investir em processos de correção dos solos quando existe uma componente pecuária, afirma o especialista, “porque para a pecuária já temos contas que mostram que isto não é uma despesa, é um investimento que se paga a muito curto prazo. Quando não têm gado, os investimentos no sistema florestal têm um retorno a longo prazo”.

Um dos melhores exemplos de investimento na correção de solos para criar pastagens eficientes numa propriedade com atividade silvopastoril que testemunhou é o da Herdade da Abegoaria, situada entre Vendas Novas e Canhas. A intervenção começou há cerca de dez anos. O montado estava em declínio e a produção de pinha também. “O proprietário tinha gado, que funcionava como sapador, mas a componente pecuária do sistema dava-lhe prejuízo, porque tinha de suplementar o gado à mão quase o ano todo”, recorda Mário Carvalho.

A correção começou com a distribuição de calcário dolomítico no solo (para aumentar o pH e a disponibilidade de magnésio) e de fósforo, e, entretanto, substituíram-nos por lamas e cinzas das fábricas de celulose. “A melhoria da pastagem foi imensa. A componente pecuária passou a dar lucro, a produção de pinha tem vindo a melhorar e, principalmente, os sobreiros deixaram de morrer”, esclarece.

Noutra propriedade, que pertence à The Navigator Company, em Ulme (Chamusca), estas vantagens foram testadas com a criação de uma pastagem na bordadura do eucalipto, em que uma parte do solo foi corrigida e outra não. “O eucalipto é uma espécie muito tolerante ao manganês, em termos de crescimento, e a Navigator tem usado cinzas em alguns eucaliptais com resultados positivos na fertilidade do solo”, conta Mário Carvalho.

Para este especialista, o eucalipto pode mesmo ajudar a reflorestar as zonas onde o montado se perdeu, devido à doença. “Estas áreas terão de passar por um período de vazio sanitário, de forma a poder reintroduzir outra vez as espécies nativas. Uma possibilidade que eu vejo, porque tem um período de retorno relativamente curto, é substituí-las por uma plantação muito aberta de eucalipto, que permita o corte, e, depois de haver o vazio sanitário, podia reintroduzir-se o sobreiro e a azinheira.”

O fundamental, para Mário Carvalho, é implementar sistemas florestais mistos, que protegem a floresta de acidentes biológicos e climáticos, mas também das flutuações do mercado: “neste momento, por exemplo, o preço da cortiça está muito baixo, e quem vive só disso tem mais esse risco associado”. **PF**

◀ Na Herdade da Abegoaria, tanto o sobreiro como o pinheiro recuperaram após a aplicação de lamas e cinzas das fábricas de celulose

# A SEGUNDA VIDA DAS MÁQUINAS FLORESTAIS



**JOÃO PEDRO MARTINS**  
Generiparts Lda.

**A renovação dos equipamentos de exploração florestal é uma decisão fundamental para prolongar o seu tempo de vida útil, aumentando a disponibilidade técnica com impacto direto na produtividade das operações de colheita.**

O parque de máquinas de exploração florestal é composto, sobretudo, por equipamentos que são adquiridos usados. A idade média destes equipamentos excede a dezena de anos, tendo ultrapassado o seu tempo de vida útil, ou seja, aquele em que o equipamento se apresenta acima de um valor de disponibilidade que o torna operacional e economicamente viável. Tal como em alguns países do leste da Europa, nomeadamente na Polónia e nos Países Bálticos, Portugal tem capacidade técnica instalada que procede à renovação destas máquinas, conferindo-lhes um novo período de vida útil. Este facto, juntamente com a importação direta de máquinas usadas e novas tem respondido à crescente procura da mecanização das operações, fazendo face à crescente escassez de mão-de-obra no setor. No caso das processadoras florestais (*harvesters*), a complexidade técnica destes equipamentos acarreta maior planeamento da manutenção preventiva e

**Portugal tem capacidade técnica instalada que procede à renovação destas máquinas, conferindo-lhes um novo período de vida útil.**

corretiva por parte das empresas. A estas máquinas cabe a produção de rolaria e de biomassa, num fluxo capaz de manter as operações de exploração subsequentes, de recheira e transporte. A instalação de cabeças processadoras novas em máquinas-base usadas, sejam elas de rastros ou rodas, conduz precisamente a esse objetivo: os empresários florestais conseguirão dispor de uma processadora renovada com os mais recentes modelos de cabeça processadora e sistemas de medição, com todas as vantagens de acompanhamento e conectividade que daí advêm, sem terem de investir num equipamento novo completo.

### Maior produtividade das operações

Com todas as condicionantes existentes em termos de valores pagos pelos serviços mecanizados e dos correspondentes custos operacionais, fixos e variáveis, sendo também conhecidas as limitações da esmagadora maioria das empresas do setor no recurso ao crédito e às subvenções existentes, a renovação dos equipamentos de exploração florestal torna-se uma decisão fundamental para prolongar o seu tempo útil de vida, aumentando a disponibilidade técnica com impacto direto na produtividade das operações de colheita. Acredito que esta decisão de renovação e modernização das máquinas, a par com a formação dos operadores (ação essencial para que se consiga, no mais breve período de tempo, obter a rentabilidade máxima, com o devido reconhecimento das normas ambientais, de higiene e segurança),

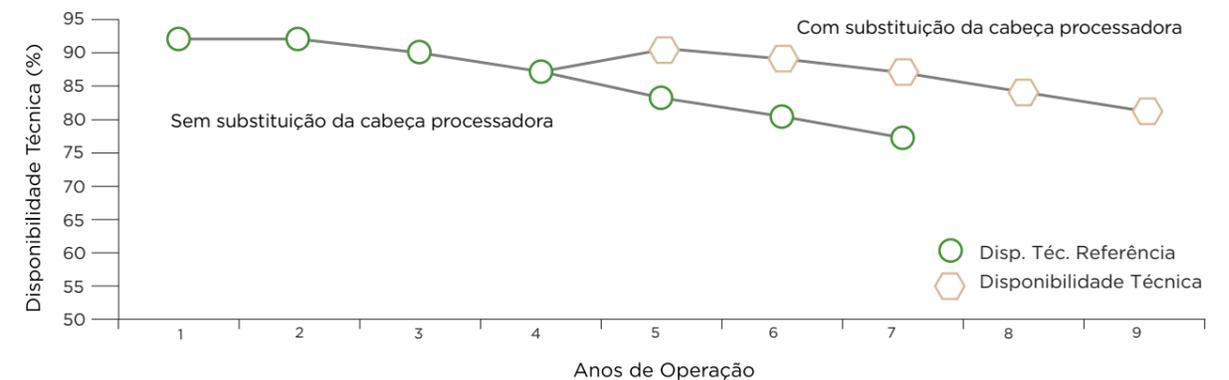


◀ Com a instalação de cabeças processadoras novas em máquinas-base usadas, os empresários florestais obtêm todas as vantagens sem terem de investir num equipamento novo completo

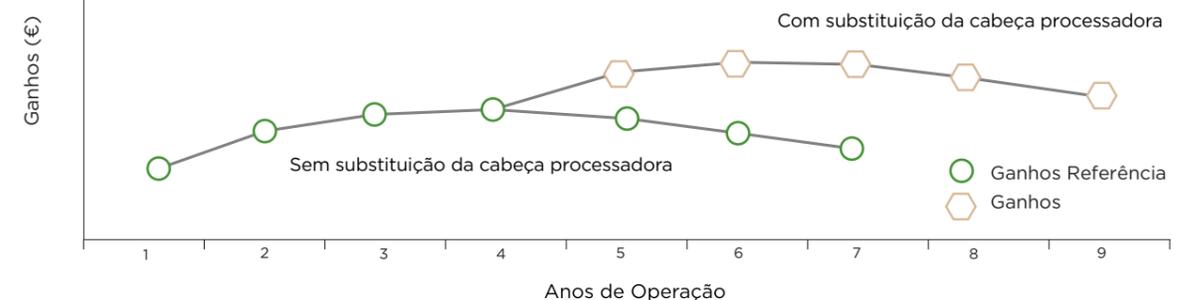
seja o caminho a seguir para se obterem ganhos de produtividade necessários nesta atividade de exploração florestal, quase sempre tão esquecida e tão fundamental na cadeia produtiva de que faz parte. Se esta medida for acarinhada pela indústria e pelas escolas do setor, estabelecerá trocas de conhecimento que até agora são inexistentes no nosso país, com reflexo no sucesso das operações e no desenvolvimento dos equipamentos. **PF**

## ASPETOS A CONSIDERAR NA RENOVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

### DISPONIBILIDADE TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS



### GANHOS NAS OPERAÇÕES



Fonte: Adaptado de Waratah Oy, 2002

- Uma máquina usada tem custos de capital mais reduzidos.
- Uma máquina usada, com mais tempos de paragem, implica maiores perdas de rendimento.
- Os custos de manutenção e de reparação aumentam gradualmente com a idade da máquina.
- O investimento numa cabeça processadora de um modelo que dispõe da última tecnologia disponível, aplicada numa máquina-base renovada, aumenta a disponibilidade

- técnica do conjunto para um nível próximo do de um *harvester* novo.
- Durante o período de garantia, parte substancial dos custos de reparação são suportados pelo fabricante.
- O aumento dos custos de capital será compensado pelo aumento da produtividade e menores custos de manutenção.
- Os proveitos vão, em muitos casos, aumentar para níveis de um equipamento novo completo.

“DOGMAS E MITOS ESTÃO A TRAVAR O CRESCIMENTO DO SETOR FLORESTAL”

**Eduardo Oliveira e Sousa defende o regresso do setor florestal ao Ministério da Agricultura, para que possa voltar a haver fomento económico da atividade. E apela a tomadas de decisão com base no conhecimento científico.**

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) vai voltar a intensificar a sua ação na área da floresta, porque considera essencial que o governo reconheça que o setor precisa de crescer. O presidente, Eduardo Oliveira e Sousa, considera que, se para além do pilar social e ambiental, não existir o pilar económico, os objetivos de sustentabilidade não serão alcançados.

**Ainda há espaço para a economia na política florestal portuguesa, tendo em conta que considera que o sector florestal assiste a um ambiente político crescentemente antiprodução?**

Essa pergunta foi a base de uns seminários que organizámos, e tinha como objetivo ser um pouco provocatória, para espicaçar a discussão e o ambiente político, e dizer: “Oíçam, se houver continuidade naquilo que está a acontecer, e é evidente nos números, os senhores não estão a perceber a ruína que estão a inculir num dos principais setores da economia.”

**O que revelam os números?**

Os dados do INE dizem que a florestação e reflorestação está em queda acentuada e regular desde que há mudança de tutela do setor florestal. Que a produção de bens silvícolas acompanha a mesma descida, com 14% de redução face ao máximo da década. Desde 2015, no setor das existências, o valor da madeira em pé está a diminuir de forma desastrosa, por não se conseguir substituir no mesmo ritmo em que é cortada. E o mesmo se passa com o próprio Valor Acrescentado Bruto (VAB) da silvicultura, porque uma coisa está diretamente relacionada com a outra. Portanto, não há nenhum sinal positivo nestas quatro rúbricas, que retratam as consequências de uma alteração de política que teve início em 2015 e viria a culminar, no início de 2017, com a entrada em vigor do apelidado pacote florestal que esteve associado a uma expressão, até um pouco infeliz, que o considerava “a maior reforma florestal desde o tempo de D. Dinis”.

“Temos, felizmente, uma indústria de pasta e papel, que junta valor à produção de eucalipto português, mas mesmo assim não chega, tem de importar. É salutar manter esta proibição de plantar eucalipto?”

**O que falhou?**

Infelizmente, quando o setor florestal passou da tutela da Agricultura para o Ministério do Ambiente, desligou-se da economia e os resultados estão à vista. Se o Ministério do Ambiente tivesse, uma única vez, na expressão da sua política florestal, a palavra fomento, as coisas seriam eventualmente diferentes. Mas a palavra está riscada daquilo a que o governo chama de política florestal. A floresta deixou de ser um motor da economia para passar a ser, essencialmente, um setor de alteração de paisagem, de promoção da biodiversidade, que obviamente é bem-vinda, de fixação de carbono e de objetivos de carácter ambiental quase desligados de todos os outros vetores que compõem o setor florestal no seu todo. ►



### O que justificou a alteração?

O setor florestal foi usado como uma espécie de moeda de troca para negociações partidárias na Assembleia da República. Depois, o declínio veio acentuar-se com os fogos de 2017, que foram, em primeiro lugar, resultado das alterações climáticas. Esse desastre aumentou o ambiente de crispação, e os partidos mais radicais nestas áreas transformaram o eucalipto num demónio, associando-o a chavões como o “grande capital”, referindo-se às grandes empresas. Mas não são elas sozinhas que refletem o setor florestal, porque existem milhares de outras que necessitam do setor florestal para desenvolverem a sua atividade na área dos serviços, de viveiros, de manutenção, de operações florestais. Portanto, toda a silvicultura está associada à atividade de produção de madeira, seja de que espécie for.

### O setor florestal foi culpabilizado?

Foi o que passou para a opinião pública. Aumentaram-se brutalmente as obrigações e limitações para proprietários florestais e empresas agrícolas, chamando a isso política florestal. Mas não é. Política florestal seria haver um objetivo a atingir e uma estratégia para lá chegar, com conceitos negociados e discutidos com os agentes do setor. Não aceito que o interesse no desinvestimento no crescimento do setor nos esteja a encaminhar para o abismo. O que é facto é que os dados refletem o contrário dos objetivos que estão teoricamente definidos. A tal biodiversidade acrescida, a tal modificação da paisagem e a tal descarbonização não vai acontecer, a não ser que seja à força. Mas para fazer isso à força era necessário que o Estado tivesse capacidade de o fazer ele, substituindo-se aos proprietários e empresas, um absurdo.

**“A floresta deixou de ser um motor da economia para passar a ser, essencialmente, um setor de carácter ambiental quase desligado de todos os outros vetores que compõem o setor florestal.”**

### No concreto, para os produtores, o que mudou com a passagem de tutela?

O Ministério da Agricultura faz parte dos ministérios da área da economia e tem na sua génese promover e defender a atividade agrícola, onde está também a florestal. Por isso, números como o da florestação e reflorestação de rendimento regular têm uma curva ascendente entre 2011 e 2013, o que se explica pelos instrumentos da Política Agrícola Comum (PAC), para apoio à atividade florestal produtiva, o anterior PRODER. Depois entramos no PDR e a linha começou a descer e a descer. Em 2019, estávamos 36% abaixo do máximo da década em termos de investimento na florestação e reflorestação, o que reflete o adormecimento forçado do setor. A Lei de Bases de Política Florestal inclui, teoricamente, a expansão e o aumento da produtividade, e na Estratégia Nacional para as Florestas está vertida a melhoria da gestão, a internacionalização e a criação de valor. Desde 2015 que a postura é a inversa. E na sequência dos incêndios de 2017 surgiram ainda medidas que colocaram o custo de ações de proteção civil, como as faixas de proteção à volta das aldeias, a cargo dos proprietários florestais. Essa responsabilidade tem de ser do Estado.

### Os custos aumentaram.

E aqui entramos numa segunda visão do problema, que é a valorização que os proprietários têm recebido pelos bens florestais. A remuneração dos produtos florestais é muito baixa. Pagar menos bem aos proprietários também promove o abandono. Enquanto as medidas de florestação estiveram suportadas por instrumentos de apoio da PAC, o investimento feito pelos próprios era pouco. Agora, mais que nunca, a indústria tem de perceber que é preciso remunerar melhor os proprietários, já que por haver uma política pública florestal afastada da promoção da economia ao nível do produtor florestal, é este que tem de custear a valorização da sua floresta. De facto, perante esta política, estamos entregues a nós próprios. Mas há exemplos de que é possível acrescentar valor à floresta e incentivar uma gestão profissional. Ainda há pouco tempo vi um vídeo de um projeto na região de Pedrogão em que os empresários se juntam aos proprietários para agregar valor.

### Existem exemplos bem-sucedidos de gestão e de integração agroflorestal sustentável?

Sim, em absoluto. Às vezes temos dificuldade de manter a ligação do setor agro com o florestal, porque quando pensamos em agroflorestal pensamos no nosso modelo mediterrânico de simultaneidade de exploração pecuária e até agrícola com a produção florestal. Isso é fácil de fazer no chamado montado ou nos soutos, mas é mais difícil quando temos, por exemplo, pinheiros. No eucalipto ainda conseguimos ter presença de animais e associar fertilidade ao terreno, mas, no caso do pinheiro, a caruma impede o desenvolvimento de vegetação herbácea. Não são lugares de pastagem, mas servem por exemplo de calmeiros. Há muitos exemplos. A diversificação da paisagem, com a integração das atividades agrícola, pecuária e florestal, está na base do nosso discurso sobre a necessidade de mais água no território, para intensificar alguma agricultura e acrescentar valor nesse território. Aquilo que pode atrair empresários e jovens empreendedores para o mundo rural é a economia, mais do que a paisagem, embora o turismo rural e os desportos de natureza sejam externalidades positivas de um território habitado, gerido e economicamente viável. Daí o velho chavão de que a sustentabilidade é composta por três pilares: económico, social e ambiental. Como em qualquer mesa de três pés, se um destes pilares for retirado, há um desequilíbrio.

### Concorda que temos na base de tudo um preconceito contra algumas espécies?

Sim. Precisamos de acabar com o mito de que o eucalipto é uma árvore que faz mal ao terreno, que consome mais água que as outras. Tudo isso é falso e está cientificamente provado. Conheço vinhas e pomares feitos em terrenos que tiveram florestas de eucalipto e que deixaram o terreno em melhores condições do que quando ali existiam matos. A natureza não tem árvores más. O mesmo se pode passar com o pinheiro, embora seja mais difícil,



porque cresce em terras arenosas menos propícias às atividades agrícolas. O que o pinheiro precisa é, isso sim, de um plano sanitário muito bem dirigido, para erradicar de vez o nemátodo, que desvaloriza a fileira.

### E a produção de madeira não é suficiente para o mercado.

Os empresários estão a ansiar por mais madeira. Portugal, que tem uma dimensão relativamente pequena, tem uma fileira florestal contraída e o governo devia olhar para isso e dizer: “Não, isto é promoção económica do nosso país, é fixação de pessoas no território, é criar valor e criar emprego.” Temos, felizmente, uma indústria de pasta e papel que junta valor à produção de eucalipto português, mas mesmo assim não chega, tem de importar. É salutar manter esta proibição de plantar eucalipto? O país ultrapassa a ciência e a técnica e coloca a política nas decisões. Isso é o que tem levado ao empobrecimento do sector primário. No setor florestal há um ditado que diz: “Eu planto sobreiros para os meus netos, planto pinheiros para os meus filhos e planto eucaliptos para mim.” Tem de haver lugar para os três porque preciso da economia do eucalipto para sustentar o pinheiro e depois com o dinheiro do pinheiro sustentar o sobreiro. Se não houver economia não tenho nada e o abandono do território está associado a isso.

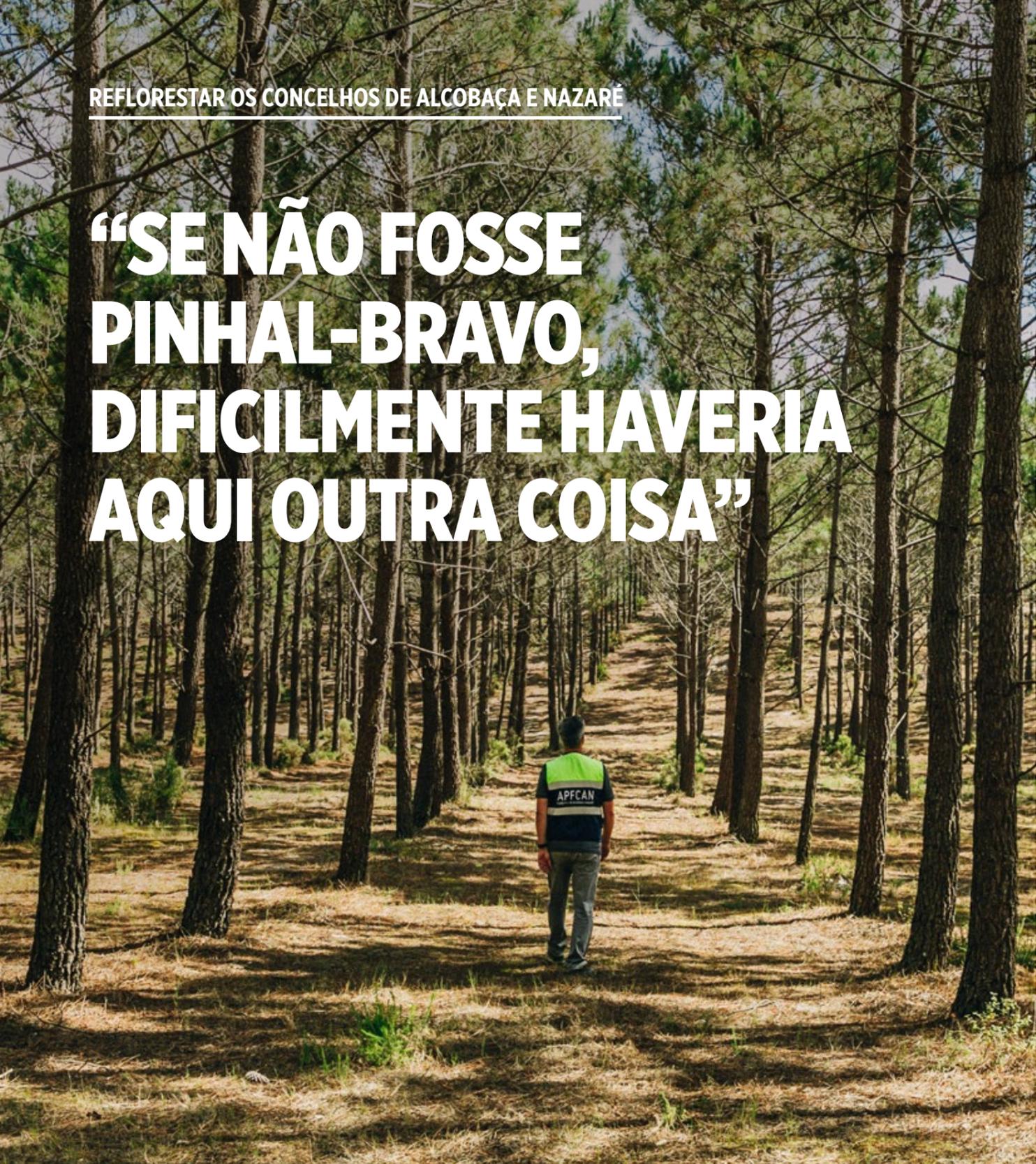
### O que é possível fazer?

A CAP decidiu que vai voltar a intensificar a sua ação na área da floresta, porque não convive bem com o espelho destes números. Precisamos que o governo reconheça que o setor precisa de crescer. Precisamos de retirar dogmas e mitos do caminho. O conhecimento tem de estar à frente da política, para que as decisões políticas sejam sustentáveis, ou estamos a retirar um pé da sustentabilidade, que é o nível económico. Por mais dinheiro que venha, é o mesmo que encher uma piscina com o ralo aberto. Para repensar as coisas, este momento é o apropriado, porque existe uma maioria absoluta e não é preciso fazer negociações em ambiente parlamentar. Se o governo tiver vontade de, com o setor, redesenhar uma política florestal, as coisas podem mudar. **PF**



Eduardo Oliveira e Sousa  
na 58.ª Feira Nacional de Agricultura,  
onde a CAP esteve presente

“SE NÃO FOSSE  
PINHAL-BRAVO,  
DIFICILMENTE HAVERIA  
AQUI OUTRA COISA”



**O pinheiro-bravo, e cada vez mais pinheiro-manso, estão a reflorestar a zona devastada pelo incêndio de 2017. Durante séculos, o Pinhal de Leiria foi um exemplo para os proprietários. Agora, para a Associação de Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobaça e Nazaré, o objetivo é que sejam seguidas as boas práticas florestais.**



▲ A APFCAN tem a decorrer projetos inovadores para a reflorestação da zona de Alcobaça e Nazaré, como a enxertia

Percorrendo a Estrada Nacional 242, que liga Leiria a São Martinho do Porto, a área florestal que se estende até ao mar nos concelhos de Alcobaça e Nazaré é constituída por mais de 80% de pinhal bravo. A mancha verde cresceu seguindo o exemplo do emblemático Pinhal de Leiria, que confina a norte, plantado nos séculos XII e XIV para travar o avanço das dunas e proteger os terrenos agrícolas. Mas o dia 15 de outubro de 2017 colocou à prova a resiliência, tanto desta floresta, como dos proprietários da região. “O fogo iniciou-se no limite do concelho da Nazaré e o vento era tanto que foi impossível segurar o primeiro foco de incêndio. Queimou cerca de 80% da Mata de Leiria e cerca de 3 800 hectares de matas privadas” na zona sob a alçada da Associação de Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobaça e Nazaré (APFCAN). A recordação é de Marco Mendes, técnico florestal da entidade, enquanto aponta para uma zona ardida de cerca de 330 hectares

## APROVEITAR A REGENERAÇÃO NATURAL

A forma mais rentável para o proprietário florestal é aproveitar a regeneração natural das sementes que permanecem no solo após o corte ou do incêndio. Evita o elevado custo de preparação do terreno para a nova instalação e tem árvores que já estão perfeitamente adaptadas ao terreno e ao clima. No aproveitamento da regeneração natural, as primeiras intervenções têm por objetivo reduzir a densidade de árvores, que pode ser feito através da abertura de faixas de cerca de

municipais, onde as equipas de sapadores florestais da APFCAN têm estado a fazer intervenções, incluindo a plantação de pinheiro-bravo, há três anos. Nas áreas que tinham povoamentos jovens de pinheiro e, por isso, pouca pinha no solo, a regeneração natural não aconteceu e “muitos proprietários desanimaram”, admite o técnico, mas o investimento na plantação de pinheiro está a ressurgir a pouco e pouco. “Costumo dizer aos nossos associados: quem hoje tiver pinhal bravo que o guarde bem, porque vai valer muito dinheiro, devido à diminuição da produção nacional”, acrescenta. A única vegetação que recuperou mais depressa foram pequenas zonas de eucalipto que já existiam. “Algumas até foram poupadas pelo fogo, parece que ele as rodeou”, conta Marco Mendes, sem uma explicação para o facto. Esta espécie é minoritária na região, junto ao mar, e cresce mais na zona do interior do concelho, onde os solos são melhores. No entanto, Marco Mendes mostra o exemplo de uma instalação de pinheiro-bravo com quase 30 anos, que convive ao lado de outra de eucalipto com cerca de dez anos, em Pataias, concelho de Alcobaça, num solo de areia.

A associação acompanha ambos os proprietários e ajuda a “definir as ações que devem executar ao longo da vida dos povoamentos”, refere o engenheiro florestal. “Se não fosse pinhal-bravo, dificilmente haveria aqui outra coisa. Já temos é algumas centenas de anos de plantação, o que permitiu a pouco e pouco enriquecer o solo e, agora, plantar eucalipto”, ainda que com produtividade mais baixa que noutros sítios.

## Certificação e boas práticas

Estas duas propriedades, com cerca de 60 hectares de pinheiro-bravo e 20 de eucalipto, não são representativas da região, onde existe uma área média de 1,89 hectares, lamenta Marco Mendes. Estes grandes povoamentos alinhados permitem intervenções mecanizadas e com menos custos, mas todos, independentemente da dimensão, usufruem das boas práticas que a APFCAN dinamiza. A associação criou, por exemplo, um grupo de certificação florestal, em 2017, com o apoio da The Navigator Company, e já tem 611 aderentes ativos com cerca de 4 800 hectares, sendo 53% eucalipto, 34% pinheiro-bravo, 6% pinhal-manso, 2% sobreiro, e o restante ocupado por outras folhosas e matos. ▶

3 metros, com trator com corta mato, permitindo assim a mecanização do povoamento. Este método irá permitir uma atuação com custos mais baixos no futuro. Outro método para aproveitamento da regeneração natural é uma intervenção motomaneu, com custos mais elevados. Sempre que o objetivo é manter um pinhal para produção de madeira para serração, terá que ser feita a desramação das árvores futuro de forma a evitar os nós negros da madeira.



▲ Numa propriedade onde, após 2017, não houve regeneração, está a ser realizado um teste de reflorestação com plantas de pinheiro normais e melhoradas

Apesar de a madeira certificada ser mais valorizada pela fileira do eucalipto, Marco Mendes considera que existem já na zona algumas indústrias que valorizam também a madeira de pinho certificado, para aglomerados e paletes, por exemplo. Do seu lado, a APFCAN está sempre atenta a todo o tipo de projetos de melhoria da floresta. Desde 2007 constituíram quatro Zonas de Intervenção Florestais (ZIF) e fizeram trabalhos nesse âmbito que lhes deram alguma “visibilidade na região”. Instalaram vários mosaicos de gestão de combustíveis para defesa da floresta contra incêndios, com operações de controle da vegetação espontânea e de diminuição da densidade do arvoredo, com o objetivo de não haver uma carga vertical e horizontal, e construíram um ponto de água para abastecimento de meios aéreos de combate aos incêndios, na freguesia da Benedita.

Neste pinhal bravo e noutros, têm armadilhas com feromonas para captura dos insetos vetores do nemátodo (uma doença sob controlo na região) e de escolitídeos, insetos que são atraídos pelos incêndios e, por isso, surgiram em grande número nos dois anos que se seguiram aos acontecimentos de 2017. O povoamento está também preparado para começar daqui a poucos anos a ter atividade de resinagem, uma atividade que está a renascer na região, depois de ter sido esmagada pela concorrência da resina do Brasil e da China.

Se o objetivo for vender a madeira para serração, terá de ser realizada uma resinagem “à morte”, o que significa que só é retirada nos últimos quatro anos antes do corte, que ocorre quando as árvores têm entre 50 e 55 anos, para não danificar a madeira. Ao longo da vida de um pinhal, as receitas advêm das ações de desbaste do pinhal, com corte de árvores de menor qualidade, para criar espaço para as copas, que são vendidas para produção de postes e de paus tratados. É por isso que na plantação são colocadas cerca de 1 600 árvores por hectare, mas quando chega à altura de corte já só existem 400.

### Ciência e rentabilidade

Também há na zona uma aposta cada vez maior em pinheiro-manso. “Com as alterações climáticas temos anos cada vez mais quentes e o pinheiro-manso agradece. Vai ser uma espécie interessante nos próximos anos, com a rentabilidade do pinhão”, admite Marco Mendes. Há cerca de sete anos que a APFCAN realiza a enxertia do pinheiro-manso, que permite antecipar a produção de pinhas com interesse económico dos habituais 20 anos para oito a 12 anos. Resumindo a técnica: numa árvore com cerca de três anos é colocado um “garfo” de uma árvore adulta. Os “garfos” (parte

### COMBATE NATURAL ÀS ACÁCIAS

No âmbito da intervenção da APFCAN, no combate a invasoras, é utilizado um inseto importado da Austrália (*Trichilogaster acaciaelongifoliae*), que permite um controlo natural da Acácia de espigas. Este inseto é um formador de galhas, que coloca ovos nas gemas florais da acácia, formando assim galhas em vez de se formarem as flores e/ou novos ramos, não permitindo a formação de novas sementes, diminuindo assim a capacidade da acácia se reproduzir. As galhas podem ser recolhidas e colocadas no solo junto a novas acácias. Este trabalho tem sido realizado em parceria com da Universidade de Coimbra.



da planta correspondente ao lançamento do ano de uma árvore adulta) são adquiridos na zona de Alcácer e Coruche, em pomares certificados, que são bons produtores de pinha, e são enxertados em abril e maio no ápice (porta-enxerto) da árvore jovem. A técnica de enxertia utilizada é de fenda cheia terminal, em que o garfo é cortado em bisel e é colocado na fenda aberta do cavalo. O aperto do enxerto é feito com fita plástica, que o mantém unido durante quase um ano, e é coberto durante cerca de dois meses com um saco de plástico, para manter a humidade, e um saco de papel, para fazer sombra. Um ano depois, árvores com quatro anos iniciam a produção de pinhas.

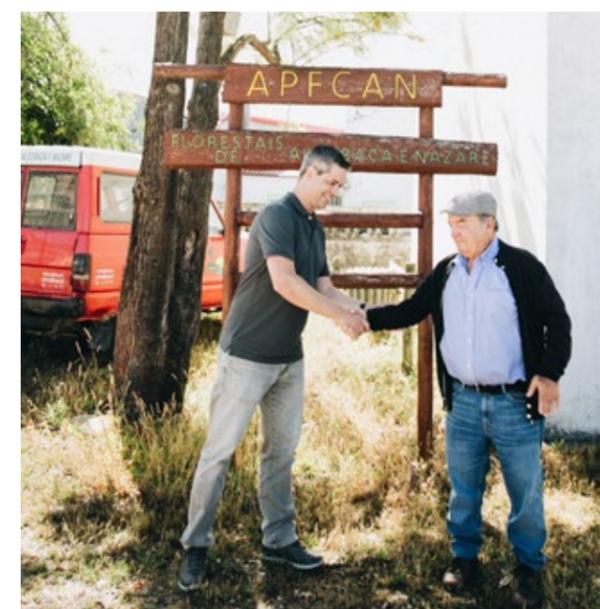
A ciência ao serviço da produtividade está também patente noutros dois projetos da associação, numa propriedade de 600 hectares que ficou 80% destruída em 2017. Como o pinhal era novo e não houve muita regeneração, o proprietário iniciou há cerca de um ano o processo de plantação. Originalmente, queria colocar apenas pinheiro-manso, mas a APFCAN apresentou outra proposta: fazer um pinhal misto de pinheiro-manso e pinheiro-bravo, que permitisse daqui a 15 ou 20 anos obter uma receita com o corte do bravo, deixando já o compasso desejado para o crescimento das copas do manso. O ideal são 200 a 280 árvores por hectare.

A associação está também a realizar, na mesma exploração, um teste com plantas normais (algumas selecionadas, da Mata do Escaroupim) e melhoradas de pinheiro-bravo. As segundas foram compradas em França, porque em Portugal não existe uma tradição de pinheiro melhorado, e garantem um aumento de crescimento de 20 a 30% em relação a um pinheiro normal. Foram plantadas cerca de 10 mil plantas em fevereiro e os primeiros resultados devem surgir na próxima primavera. Daí será selecionada a planta que deverá ocupar o resto da propriedade. Ao nível do

eucalipto, os proprietários têm também aderido à planta melhorada, esta produzida em Portugal, com um “acompanhamento técnico especializado muito importante, na escolha da planta mais adequada para cada propriedade”, por parte do Programa Premium da The Navigator Company, refere Marco Mendes. Tal como ao longo dos séculos os proprietários da região têm imitado o exemplo do Pinhal de Leiria, plantando pinheiro-bravo, agora o engenheiro florestal espera que imitem também os bons exemplos que veem nos vizinhos e acabem por investir em planta melhorada. **PF**



▲ A APFCAN coloca armadilhas com feromonas para capturar insetos vetores de pragas e doenças



### ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DOS CONCELHOS DE ALCOBAÇA E NAZARÉ

Criada em 2003, por iniciativa do atual vice-presidente, Albertino Teixeira (na foto com Marco Mendes), com o apoio do atual presidente, Joaquim Jordão Morais, conta com uma equipa de quatro técnicos florestais, uma administrativa e três equipas de sapedores florestais (15 elementos). Com 600 sócios que representam cerca de 20 000 hectares, a APFCAN intervém nos concelhos de Alcobaca, Nazaré e limitrofes, como Marinha Grande, Leiria, Porto de Mós, Rio Maior e Caldas da Rainha. A associação gere quatro Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e tem um grupo de certificação florestal.



**CARLOS FONSECA**  
cfonseca@forestwise.pt



**MARTA MARTINS**



**ALEXANDRA MARQUES**

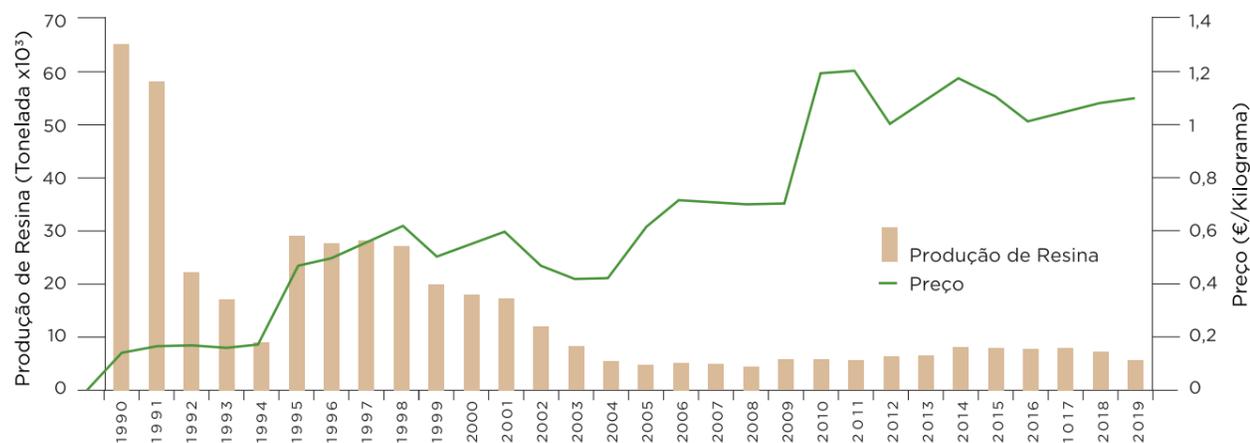
FORESTWISE - LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA A GESTÃO INTEGRADA DA FLORESTA E DO FOGO (UTAD)

## POTENCIAL DA UTILIZAÇÃO DA RESINA NATURAL NO CONTEXTO ATUAL

A transição para uma economia mais sustentável, que responda aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2030, oferece inúmeras oportunidades para a revitalização de setores mais tradicionais da economia portuguesa, alicerçados na exploração de recursos naturais, como é o caso da produção e transformação da resina natural. A resina de pinheiro é um dos múltiplos produtos do pinhal bravo do Centro e Norte de Portugal, e também do pinhal-manso nas áreas mais litorais, embora este, com uma menor expressão. O pinheiro bravo é uma espécie estruturante no contexto da floresta nacional, ocupando 673 mil hectares e representando cerca de 20% do total da área florestal nacional (IFN6), possibilitando a dinamização do desenvolvimento económico e social dos nossos espaços rurais, sendo que a extração da

sua resina tem um peso muito relevante na economia local e nacional. No século passado, entre as décadas de 1930 a 1980, assistiu-se a uma grande expansão industrial desta atividade, acompanhada por um considerável desenvolvimento tecnológico da resinagem e do aproveitamento da resina. O nosso país já foi o terceiro exportador mundial de resina e produtos derivados, com produções que atingiram as 140 mil toneladas na campanha de 1974-75. Posteriormente, nas décadas de 1990/2000 assistiu-se a uma quebra acentuada da produção, resultante de múltiplos fatores, sendo, o principal, a entrada de resina proveniente da China e, posteriormente, do Brasil, nos mercados internacionais, a preços muito mais competitivos que a resina portuguesa, o que determinou o valor mínimo de 17 cêntimos/kg, atingido em 1990.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E PREÇO DA RESINA EM PORTUGAL



Fonte: Adaptado do Portal do INE

A resina é uma interessante fonte de rendimento para os proprietários florestais, especialmente nas zonas de minifúndio, contribuindo para a criação de emprego e de empresas de base local. Durante o período de estio, o resinheiro realiza operações manuais de resinagem com o objetivo de recolher, limpar e acondicionar a resina dos pinheiros, seguindo posteriormente para a indústria de primeira transformação. Atualmente, estima-se que a produção de resina poderá representar para o proprietário uma receita adicional anual de 134 euros/ha, correspondendo a cerca de 30-35% das receitas totais do pinhal conduzido para a produção de madeira.

### Produção e transformação em Portugal

Na primeira transformação a resina proveniente do pinhal é sujeita a vários processos físicos de filtragem e destilação, com vista à separação das suas duas frações: a fração terpénica - terebentina ou aguarrás e a fração resínica - colofónia ou pez-louro. A colofónia e aguarrás são posteriormente sujeitas à segunda transformação em indústrias químicas especializadas, de forma a produzir produtos derivados com características específicas para diferentes aplicações. Trata-se de uma atividade “business-to-business” em que os produtos da segunda transformação da resina são adquiridos por outras indústrias que os incorporam em produtos para o consumidor final. Relativamente às suas aplicações, são várias, e vão desde a cosmética e higiene (perfumes e cremes), à alimentar (pastilhas elásticas e refrigerantes) e agrícola, passando por aplicações ao nível da produção de embalagens, entre outros (vestuário, acessórios de moda, calçado, capacetes, lentes e instrumentos musicais) e também indústria química (colas, vernizes, elásticos, pneus). As indústrias de segunda transformação a operar em Portugal especializaram-se sobretudo na transformação da colofónia e detêm uma capacidade de transformação instalada muito superior à produção de resina nacional, o que levou a que, em 2018, o volume de importação de colofónias e ácidos resínicos atingisse as 55.092 toneladas. Nos mercados internacionais, a resina natural compete com a resina derivada do petróleo. Todavia, perspetiva-se uma procura crescente e maior valorização de produtos de origem “bio”, tais como os derivados da resina natural, reconhecendo a sua importante contribuição para o desenvolvimento e sustentabilidade económica, social e ambiental do meio rural. Atualmente e apesar de todos os constrangimentos, a produção de resina natural tem maior expressão em Portugal e Espanha, ao nível da União Europeia. Portugal decidiu apostar neste setor ao incluir a dinamização da resina natural no PRR - Programa de

**Estima-se que a produção de resina poderá representar para o proprietário uma receita adicional anual de 134 euros/ha, correspondendo a cerca de 30-35% das receitas totais do pinhal conduzido para a produção de madeira.**

Recuperação e Resiliência, mais concretamente na Componente 12 (Bioeconomia Sustentável), com o objetivo de se assegurar uma maior competitividade neste setor, contribuindo para a transição e neutralidade carbónica de forma justa e coesa. Simultaneamente, será necessário fomentar a revitalização de toda a cadeia de valor, com vista à sua maior modernização, inovação e incorporação de conhecimento técnico-científico. Este é um dos objetivos centrais do Consórcio RN21, liderado pelo CoLAB ForestWISE e recentemente aprovado pelo Fundo Ambiental e que integra 39 parceiros, com um total de 26,8 milhões de euros de investimento. A aposta na resina natural nacional, ao invés de outro tipo de resinas ou de outras origens, deve ser olhada como uma oportunidade para o nosso país, uma vez que se pretende valorizar toda a cadeia de valor, desde os produtores ao mercado, desenvolvendo-se iniciativas para aumentar a produção da resina em Portugal, com o objetivo de garantir os níveis de autoabastecimento à indústria e, posteriormente, ao mercado, e também apoiando a gestão florestal sustentável, reduzindo o risco de incêndio, dinamizando o desenvolvimento do mundo rural e contribuindo para a coesão territorial. **PF**



# PORQUÊ FAZER A INSTALAÇÃO COM PLANTA MELHORADA?

**Utilizar materiais florestais de reprodução certificados, sejam qualificados ou testados, pode proporcionar ganhos entre os 20 e os 30% no volume de madeira.**

De acordo com a legislação nacional, os materiais florestais de reprodução de eucalipto (MFR) a comercializar podem ser classificados como de fonte selecionada, qualificada ou testada. A planta melhorada, seminal ou clonal, deve ter origem em materiais que tenham sido certificados com a designação de qualificados ou testados, pois estes resultam de materiais de base oriundos de um Programa de Melhoramento e foram avaliados em ensaios de campo, ao longo de anos e em diversos locais, tendo sido escolhidos pelo seu maior crescimento e sobrevivência, melhores qualidades da madeira e/ou resistência a pragas e doenças. Portanto, somente as plantas destes dois tipos devem ser designadas como “plantas melhoradas”,

já que as de fonte selecionada provêm de povoamentos “naturais”, desconhecendo-se o valor genético das árvores que originaram as sementes. Em média, uma floresta com planta melhorada produz 20 a 30% mais volume de madeira. Por isso, a escolha da planta é uma das decisões mais importantes no planeamento da plantação, porque tem impacto na rotação atual (10 a 12 anos) e em, pelo menos, mais duas, dada a possibilidade de gerir o eucalipto em talhadia. Os ganhos em produção que se podem obter com o uso de planta melhorada dependem dos lotes de sementes ou clones utilizados, das condições ambientais concretas da propriedade e dos cuidados na gestão para manter as plantas bem nutridas e sãs. Uma planta mal escolhida pode colocar em causa todo o investimento florestal.

## NA PLANTAÇÃO É IMPORTANTE:

Humedecer bem o torrão das plantas, colocá-las na vertical e adubar com adubo de libertação controlada e adubo fosfatado (para mais informação, ver consultório técnico da revista número 5).

## Como escolher a planta?

A planta melhorada de eucalipto pode ser produzida por sementeira, através de germinação de sementes, originando planta seminal. Esta semente é colhida em pomares de semente, de polinização livre ou polinização controlada.

Queremos ajudar a esclarecer as suas dúvidas. Pode enviar as suas questões para o e-mail: [revista@produtoresflorestais.pt](mailto:revista@produtoresflorestais.pt)  
Veja mais em: [www.produtoresflorestais.pt](http://www.produtoresflorestais.pt)

## PLANTA DISPONÍVEL NOS VIVEIROS ALIANÇA

Os Viveiros Aliança têm vários clones de eucalipto disponíveis para venda, além de planta seminal melhorada, procurando responder às diferentes condições existentes no país. No site [www.viveirosalianca.com](http://www.viveirosalianca.com) está disponível a lista de clones e regiões para os quais são indicados.

Regiões do país	Planta indicada		
	Condição normal	Com risco elevado de ocorrência de <i>Gonipterus</i>	Com risco elevado de doença das manchas das folhas
Locais com precipitação alta (Região A)	Clones G74 e G1204 Seminal melhorada	H1205	G1204
Locais com precipitação moderada (Região B)	Clones G1202 e G1204 Seminal melhorada	H1205	G1204
Locais com precipitação baixa (Região C)	H1205, G1202	-	-

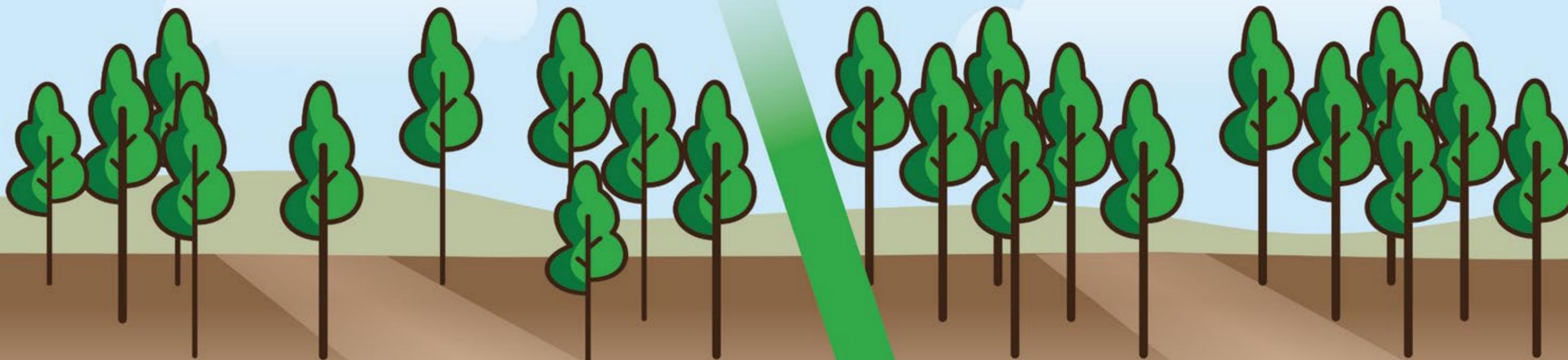


Pode também ser obtida por estacaria, dando origem a uma planta clonal. Esta é produzida através do enraizamento de estacas recolhidas a partir de um indivíduo (clone) e, por isso, todas as plantas do mesmo clone são cópias perfeitas umas das outras. O clone é instalado em viveiro, num sistema de parque de pés-mãe, de onde serão colhidos os rebentos para fazer as estacas que, colocadas a enraizar em tabuleiros, formarão as novas plantas. A semente melhorada tem genericamente uma utilização mais alargada que a planta clonal, que requer sempre uma escolha cuidada, tomando em atenção as condições ambientais e riscos de pragas e doenças do local a plantar. Para escolher a planta melhorada adequada é importante conhecer as características da propriedade onde será feita a instalação do novo povoamento. Com esta informação, poderá comprar em viveiro a planta mais indicada para o local. **PF**

## PRINCIPAIS CONDIÇÕES PARA A ESCOLHA DA PLANTA DE EUCALIPTO

Com esta informação, poderá aconselhar-se, em viveiro, sobre quais as plantas adequadas à sua propriedade:

- Existência de precipitação moderada a alta, com menor stresse hídrico, e com elevado crescimento potencial (norte e centro litoral).
- Existência de precipitação baixa, propícia a stresse hídrico, sendo a resistência à secura muito importante (sul e interior).
- Maior risco de ataque de gorgulho-do-eucalipto *Gonipterus* (praga que afeta o eucalipto, principalmente nas zonas de maior altitude no norte e centro do país).
- Maior risco de ocorrência da doença das manchas (*Teratosphaeria/Mycosphaerella spp.*).



## EVENTO INÉDITO LEVOU A MODA E A SEGURANÇA À FLORESTA

O evento “Floresta na Moda”, que decorreu na feira Expoflorestal, em Albergaria-a-Velha, no dia 28 de maio, demonstrou a evolução dos equipamentos de proteção individual (EPI) ao nível da segurança e do conforto. A ideia para a organização do desfile inédito, uma organização da 2BForest e da The Navigator Company, surgiu no âmbito da formação que é ministrada aos empreiteiros florestais pelas duas empresas. Por vezes, os EPI que estão disponíveis nas regiões não são os mais adequados e “se não há equipamentos ajustados e confortáveis, é meio caminho andado para os trabalhadores



terem resistência a usá-los”, explica Susana Brígido, diretora da 2BForest. Com vista a mostrar aquilo que existe no mercado, e

com o apoio das marcas Lavoro e Stihl. Os 17 modelos que desfilaram com os equipamentos eram profissionais da floresta.

## A PRODUTORES FLORESTAIS NOS GRANDES EVENTOS DO SETOR

A comunidade Produtores Florestais está em permanente contato, marcando presença nas principais feiras agroflorestais nacionais. Este ano, com o regresso dos certames em formato presencial, foi possível estreitar ainda mais a proximidade com os agentes do setor. No stand presente na AGRO - 54ª Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, que decorreu de 30 de março e 2 de abril, em Braga, foram realizadas subscrições gratuitas da revista, os técnicos florestais prestaram informações e conselhos sobre a atividade e houve degustação dos vinhos da Herdade de Espirra, da The Navigator Company. Entre 21 a 25 de abril a Produtores Florestais esteve na 38ª edição da Ovibeja e, de 24 a 26 de junho, em Vila Velha de Rodão, na Feira dos Sabores do Tejo, onde apresentou

também ao mercado os produtos tissue da marca Amoos, produzidos pela Navigator a partir de florestas com gestão sustentável. No Congresso Anual de Agronegócios, AgroIN, que teve lugar em Lisboa, a 28 de abril, o desafio da sustentabilidade, que serviu de mote ao encontro, foi também uma oportunidade para reforçar, junto dos profissionais dos agronegócios, o objetivo que está na origem do projeto Produtores Florestais: a promoção das melhores práticas silvícolas. De volta às feiras, na Expoflorestal de Ponte de Sor, que se realizou de 8 a 10 de julho, foram distribuídas revistas e conquistados novos subscritores. Já na FACECO - Feira das Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira, a Produtores Florestais

convidou todo o setor a participar no seminário “Novos desafios da floresta”, realizado a 24 de julho. O evento foi organizado pela 2BForest, com o patrocínio da The Navigator Company, para promover a discussão dos novos produtos certificados e a nova legislação, e incluiu uma sessão de demonstração com ferramentas que trazem inovação à floresta. Sob o tema “A Importância da Certificação Florestal na região Oeste”, a comunidade marcou também presença no stand da AFLOeste, Associação Interprofissional da Floresta do Oeste, na Frutos - Feira Nacional da Hortofruticultura, de 25 a 28 de agosto, nas Caldas da Rainha. E, em setembro, nos dias 22 a 25, o stand da Produtores Florestais deu as boas-vindas aos visitantes da Feira das Colheitas, que decorreu em Arouca.

## NAVIGATOR LANÇA MANUAL DE SELEÇÃO DE VARAS



A The Navigator Company lançou mais um manual de boas práticas florestais, desta vez dedicado ao tema da seleção de varas e do apoio à gestão de talhadias. O documento surgiu da necessidade de agregar informação sobre uma das operações silvícolas mais relevantes da gestão de eucaliptais em talhadia, e será distribuído pelos engenheiros florestais dos grupos de certificação e das associações de produtores florestais do país, sendo útil para todos aqueles que promovem a gestão ativa de povoamentos de eucalipto. O conteúdo tem por base estudos e a experiência no terreno, com várias décadas, de profissionais e investigadores da The Navigator Company e Instituto RAIZ, tendo sido também consultados diversos técnicos da fileira florestal e trabalhos de empresas de prestação de serviços florestais e realizadas pesquisas bibliográficas. Trata-se de um trabalho de

compilação de informação técnico-científica realizado por Daniela Ferreira e Susana Morais, duas engenheiras florestais ao serviço da The Navigator Company. A revisão técnica do manual esteve a cargo de António Sérgio Fabres, coordenador de I&D de Silvicultura do RAIZ; de João Melo Bandeira, responsável da Produção Operacional da Navigator Forest Portugal; e de Luís Sarabando, coordenador da Associação Florestal do Baixo Vouga. A talhadia corresponde ao modelo silvícola mais utilizado em Portugal. De acordo com o 6º Inventário Florestal Nacional, mais de 70% dos povoamentos puros com rotação encontram-se em talhadia. Considerando apenas os povoamentos puros de eucalipto, 46% encontram-se na segunda ou terceira rotação, 17% em primeira rotação e 37% sem rotação definida. A ausência de seleção de varas leva à permanência de maior número de varas por toixa no povoamento, que competem entre si por água, luz e nutrientes.



Aceda aqui ao manual.

## PROLONGADO PRAZO PARA OBTER FORMAÇÃO COTS

Foi prorrogado até 1 de agosto de 2023 o prazo para a comprovação da realização, com aproveitamento, da ação de formação “Conduzir e operar com o trator em segurança (COTS)” ou da equivalente Unidade de Formação de Curta Duração (UFCD). A frequência desta formação ministrada por entidade autorizada, habilita os titulares das cartas de

condução válidas da categoria B a conduzir veículos agrícolas do tipo ii, e os das categorias C e D ficam habilitados a conduzir veículos agrícolas do tipo iii.



Consulte aqui o despacho.



## GUIA FLORESTAL EM QUATRO FASCÍCULOS

Com esta edição recebe a caixa arquivadora e o primeiro fascículo do Guia Florestal que elaborámos para si. Neste primeiro número encontra informação sobre o setor florestal, os principais instrumentos regulatórios e de política florestal, bem como sobre as principais entidades com intervenção no setor e suas competências. O segundo fascículo, que receberá gratuitamente com a próxima revista, é dedicado às principais áreas de negócio na atividade florestal, como a exploração madeireira, os produtos da floresta e a biomassa. Os aspetos fiscais da atividade, bem como os incentivos financeiros disponíveis, constituem o terceiro módulo do Guia Florestal, que será distribuído na revista seguinte. O guia ficará completo com o quarto fascículo, oferecido com a revista Produtores Florestais número 12 e subordinado ao tema da problemática dos incêndios, onde pode ler sobre os principais mecanismos de mitigação do risco e prevenção.

# OPORTUNIDADES E OBRIGAÇÕES NA FILEIRA FLORESTAL



No quadro de intervenção do Governo para as florestas, foi anunciado um conjunto de medidas e planos de investimento para os territórios florestais, contemplados no Orçamento de Estado deste ano (OE 2022). Desde logo, a **Concretização da Contribuição Especial para a Conservação dos Recursos Florestais**, uma medida criada no OE 2020, mas cuja entrada ficou dependente de regulamentação a publicar. Esta contribuição será de aplicação a grandes indústrias que incorporem ou transformem, de forma intensiva, recursos florestais. Desde o momento em que foi anunciada a intenção de criar a taxa, em 2019, que esta é bastante contestada, considerando que a sua aplicação afetará a competitividade das empresas, atualmente penalizada pela falta de matéria-prima em Portugal. Não obstante, o regime de aplicação da contribuição poderá contemplar um desconto dos investimentos feitos na valorização da própria floresta, bem como contribuições ou despesas suportadas com vista à sua promoção, conservação e renovação. Aguarda-se a regulamentação da medida por decreto-lei, para que seja possível conhecer os moldes efetivos da sua aplicação.

Contempladas ainda no âmbito do OE 2022 encontram-se as seguintes medidas aprovadas:

- A criação de um **Programa de apoio à plantação de espécies autóctones** e à criação de zonas de reserva florestal, financiado a 80% por hectare, com a dotação de 5 milhões de euros, pelo Fundo Ambiental, a concretizar na segunda metade do ano.

- **“Apoios para o arranque e controlo de eucaliptos de crescimento espontâneo”**, que, no âmbito do PDR2020, visa incentivar (majorar) os projetos de florestação em terras não agrícolas que incluam o arranque de eucaliptos de crescimento espontâneo nas áreas que foram percorridas por incêndios.

- **Reconhecimento do capital natural como valor económico de um país**, e que visa as florestas, para além de outros ecossistemas naturais. Esta medida permite ao INE, no sistema estatístico europeu, acompanhar e participar na definição de métodos e fontes homogêneas de informação para a criação do sistema de contabilidade económica – contabilidade do ecossistema.

**O Programa de Desenvolvimento Rural contou com uma recente extensão do seu prazo de execução até ao ano de 2025, de forma a ser possível aplicar a remanescente dotação disponibilizada através do PDR2020 e ainda absorver mais recursos financeiros.**

alimentar (onde a agricultura desempenha o principal papel) e a contribuição para a prossecução dos objetivos ambientais e climáticos da UE, com particular relevo para o **Pacto Ecológico Europeu**, bem como para o desenvolvimento socioeconómico dos territórios rurais.

De entre estas estratégias, destaca-se a nova Estratégia da UE para as Florestas, que visa superar os desafios ambientais atuais e explorar o potencial das florestas para o nosso futuro. A estratégia está ancorada no Pacto Ecológico Europeu e na Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e reconhece o papel central e multifuncional das florestas, bem como o contributo dos silvicultores e de toda a cadeia de valor florestal para a consecução, até 2050, de uma economia sustentável e com impacto neutro no clima. Deste modo, é expectável o desenho de apoios direcionados a investimentos inseridos neste tipo de intervenções.

No que respeita ao Fundo Ambiental (FA), a Lei do Orçamento de Estado para 2021 veio declarar a fusão de vários fundos com o FA, nomeadamente o Fundo Florestal Permanente (FFP), alargando o seu espectro de atuação, em particular nas áreas da energia e da floresta, as quais ocupam um lugar de destaque na senda da descarbonização, e reforçando a sua lógica integrada de intervenção. Prova deste reforço, foi a abertura de avisos no presente ano, no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2022, onde se incluíram medidas relacionadas com a Floresta e a Gestão Florestal Sustentável.

Quanto ao PDR, este programa contou com uma recente extensão do seu prazo de execução até ao ano de 2025, de forma a ser possível aplicar a remanescente dotação disponibilizada através do PDR2020 e ainda absorver mais recursos financeiros oriundos do Regime Transitório para o período de 2021-2022 e do pacote de apoios “Next Generation”. Apesar da extensão do prazo de execução, bem como da dilatação do financiamento aplicado ao PDR2020, é expectável que a sua forma, aplicação e âmbito sejam mantidos de forma semelhante à anteriormente desenhada. **PF**

## Outros incentivos

Para além do disposto no OE 2022, as empresas portuguesas/entidades florestais poderão vir a contar com novas oportunidades de financiamento, através de programas já conhecidos de incentivos financeiros nacionais, nomeadamente: Portugal 2030 (que surge no seguimento do PT2020), Fundo Ambiental e, entre outros, o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR). O Portugal 2030, que terá como enquadramento estratégico a Estratégia Portugal 2030, foi estruturado em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território português no horizonte de 2030. Para além de detalhar e precisar o caminho estratégico para o desenvolvimento do País na próxima década, a Estratégia Portugal 2030 propõe constituir o elemento enquadrador e estruturador dos grandes programas de modernização que, com o financiamento de fundos da UE, serão executados nos próximos anos, nomeadamente o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC). O enquadramento regulamentar comum ao nível da União Europeia (UE) aponta três objetivos gerais para a PAC, relacionados com a garantia do abastecimento

## ALTERAÇÃO NA SUBMISSÃO DO MANIFESTO DE CORTE

JAIME LINO NETO  
ADVOGADO



No âmbito do Decreto-Lei n.º 31/2020, de 30 de junho, os operadores devem declarar previamente ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) o corte, o corte extraordinário, o desbaste ou o arranque de árvores de espécies florestais.

Esta comunicação, realizada através do designado manifesto de corte de árvores (MCA), é feita pelos operadores por via de submissão de um modelo de ficheiro Excel ou de um formulário MCA, disponível no website do ICNF. Contudo, desde 1 de agosto, a submissão do MCA passou a ser realizada única e exclusivamente por via de uma plataforma online do ICNF, designada por RUBUS ([www.rubus.icnf.pt](http://www.rubus.icnf.pt)). De acordo com o catálogo de serviços disponibilizado online<sup>1</sup>, o cidadão, entidade pública ou entidade privada poderá realizar diversas operações:

- 1) Registo de um MCA: opção para o operador que efetue o corte, o corte extraordinário, o desbaste ou arranque de árvores de espécies florestais, que deve registar previamente as áreas a corte, descrevendo as respetivas características;
- 2) Registo de operação em MCA (não comunicadas pelo próprio): opção para o operador que deve assegurar a rastreabilidade, ao longo da cadeia de abastecimento, do material lenhoso até à primeira transformação, registando as operações de transporte e estacionamento e o destino final (primeira transformação ou exportação);
- 3) Registo de operação e consultas: opção para o operador que deve registar as operações de transporte, estacionamento e destino final (primeira

### Desde 1 de agosto, a submissão do MCA passou a ser realizada única e exclusivamente por via da plataforma RUBUS, do ICNF.

transformação ou exportação), nos MCA declarados pelo próprio. O operador, neste caso, poderá também consultar todos os MCA no qual é interveniente, declarados ou não pelo próprio;

4) Fiscalização do MCA: opção para as entidades com competências de fiscalização (ou autoridades policiais), na qual é possível consultar os MCA, registar dados correspondentes aos mesmos e sinalizar situações de contraordenação.

Numa fase preliminar da transição para o digital, em que a modernização da Administração Pública tem como objetivo que esta “não seja uma barreira burocrática ao empreendedorismo”, qualquer ferramenta online de acesso público será, em princípio, uma boa notícia para facilitar a interação com os agentes económicos.

Esperemos, por isso, pelas primeiras opiniões para perceber se o Sistema de Informação de Manifesto de Corte (SiCorte) se estreia no sentido de se tornar uma iniciativa pública bem-sucedida ou se, pelo contrário, como em muitos casos, não é mais uma solução pesada, confusa sob muitos aspetos, e a precisar de melhorias ao primeiro dia da sua implementação. **PF**

LUÍS NOBRE,  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

## “A FALTA DE GESTÃO DAS FLORESTAS É UMA DIFICULDADE”



“Contamos com a Comissão Municipal de Baldios, que tem uma enorme importância na discussão e programação de iniciativas em prol da floresta e dos baldios no concelho.”

### A Comunidade Local dos Baldios de Carvoeiro recebeu uma menção honrosa no Prémio Floresta e Sustentabilidade. Em que consiste o projeto e qual a importância das ações que a decorrer?

O baldio do Carvoeiro é uma área florestal comunitária com cerca de 600 hectares e este projeto é uma enorme mais-valia para o nosso território e um grande motivo de orgulho para todos os vianenses. Incidiu sobre a gestão de combustível e a limpeza de 24 hectares de mato; a arborização de 8 hectares com carvalho-alvarinho e 2 hectares de medronheiros, na zona mais baixa junto à linha de água; a limpeza, desassoreamento e arranjo da descarga de fundo de uma charca de combate a incêndios; bem como a beneficiação de um caminho florestal. Integrou ainda a criação de um percurso pedestre, o Eco Circuito da Corga da Padela.

### Que outros projetos estão a ser desenvolvidos em prol da floresta do município?

Posso destacar, por exemplo, o facto de termos entidades e empresas vianenses a apadrinharem a manutenção e reabilitação ecológica de Áreas Classificadas. Nesse âmbito, empresas e associações colaboram na preservação de 13 monumentos naturais, realizando ações de erradicação e controlo dos agentes bióticos invasores. Temos também o programa Reflorestar com Identidade, através do qual são disponibilizadas espécies autóctones aos

proprietários de terrenos florestais. Contamos com a Comissão Municipal de Baldios, que tem uma enorme importância na discussão e programação de iniciativas em prol da floresta e dos baldios no concelho, e também com a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais que tem, entre os seus objetivos, articular a atuação dos organismos e entidades com âmbito de intervenção no município e competências em matéria de gestão integrada de fogos rurais. Algumas aldeias vianenses integram ainda o programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”. Também destaco o facto de termos avançado, conjuntamente com os concelhos de Ponte de Lima, Caminha e Vila Nova de Cerveira, com uma proposta de criação da Área de Paisagem Protegida Regional da Serra d’Arga, visto que a serra constitui uma área emblemática, pela vastidão das paisagens agrestes do seu topo e também pela singularidade dos seus valores naturais. Temos ainda uma deslumbrante Rede Municipal de Percursos Pedestres de Viana do Castelo, com 28 percursos bem delineados que promovem a relação do caminhante com a natureza.

### Quais os principais desafios que se colocam à floresta e à atividade florestal no concelho?

Sendo Viana do Castelo um concelho com muita floresta, temos naturalmente como principal desafio os incêndios florestais. A falta de gestão das florestas e o facto de a propriedade ser maioritariamente privada são também dificuldades que sentimos. No entanto, temos trabalhado em prol da nossa floresta e acreditamos que iremos conseguir fazer mais e melhor. **PF**

### FICHA TÉCNICA

**Edição e coordenação:** Direção de Comunicação e Marca  
**Diretor:** Rui Pedro Batista  
**Paginação:** McCann

**Conteúdos:** Key Message Comunicação Estratégica  
**Proprietário/Editor:** The Navigator Company  
**Morada e sede da redação:** Av. Fontes Pereira de Melo, 27 1050-117 Lisboa

**Impressão:** Impresso em papel Inaset Plus Offset 110 g/m<sup>2</sup>, tendo por base florestas com gestão responsável.  
Isenta de registo na ERC, ao abrigo do Dec. Reg. 8/99, de 9/6, art.º 12.º n.º 1-a). Depósito Legal n.º 0000/18

**Periodicidade:** Trimestral  
**Tiragem:** 15 000 exemplares  
**Gráfica:** Sprint

**PUBLICAÇÃO GRATUITA**

<sup>1</sup> Com referência aos serviços online disponíveis a 4 de julho de 2022.



**ELITE**  
REF. 1671.02



**DAINTREE 2.1**  
REF. 1053.90



**THOR**  
REF. 1632.02



**CASCADES**  
REF. 1024.22



## SEGURANÇA

Este é o produto mais procurado por quem, no dia-a-dia, executa a conservação dos espaços florestais.

É por isso que o nosso calçado profissional é indispensável para quem defende uma gestão eficiente e responsável da floresta.



[www.lavoroeurope.com](http://www.lavoroeurope.com)

Parceiro  
**PRODUTORES  
FLORESTAIS**



Quer que o seu negócio seja um Parceiro Produtores Florestais?  
Saiba como através do e-mail: [revista@produtoresflorestais.pt](mailto:revista@produtoresflorestais.pt)